

III Jornada Interdisciplinar de Pesquisa



Faculdades
Integradas
Machado
de Assis

Mostra de trabalhos científicos de Administração,
Ciências Contábeis, Direito, Serviço Social,
Gestão de Recursos Humanos, Gestão da Tecnologia
da Informação e Encontro de Egressos

07 a 11
de novembro de 2011
UNIDADE II



ANAIS DA III JORNADA INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA - FEMA 2011 - ISBN 2177-1103

X Jornada e Mostra de Estudos Jurídicos e Sociais do Curso de Direito
VII Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Administração e de Ciências Contábeis
III Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Serviço Social
III Mostra de Trabalhos de Conclusão de Curso, de Pós-Graduação e de Encontro de Egressos
II Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Gestão de Recursos Humanos
I Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Gestão da Tecnologia da Informação
Faculdades Integradas Machado de Assis - FEMA - Santa Rosa
Unidades I, II e III, de 07 a 12 de novembro de 2011.

III JORNADA INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA DAS FACULDADES INTEGRADAS MACHADO DE ASSIS

1 COMISSÃO ORGANIZADORA

1.1 CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

Prof.^a Ms. Andréa Maria Cacenote - Coordenadora

Prof.^a Ms. Cátia Guadagnin Rossa

Prof. Ms. Marcos Rogério Rodrigues

1.2 CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Prof. Ms. Marcos Volnei dos Santos – Coordenador

Prof. Ms. Ivete Patias

1.3 CURSO DE DIREITO

Prof.^a Ms. Bianca Tams Diehl - Coordenadora

Prof.^a Ms. Sinara Camera

Prof.^a Ms. Aline Adams

1.4 CURSO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

Prof.^a Ms. Andréa Maria Cacenote - Coordenadora

Prof.^a Esp. Marilei De Conti – Coordenadora Adjunta

1.5 CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

Prof. Ms. Leandro Steiger - Coordenador

Prof.^a Ms. Sheila Figueiró

Prof.^a Esp. Diana Ceolin

Prof. Ms. Mário Puhl

1.6 CURSO DE GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Prof. Esp. Nedisson Luis Gessi – Coordenador

Prof. Ms. Helmuth Grossmann Júnior – Coordenador Adjunto

Prof.^a Esp. Ângela Maria Reginaldo Brum

1.7 CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO

Prof. Ms. Marcos Rogério Rodrigues - Coord. do Curso de MBA Gestão com Pessoas

Prof.^a Esp. Daniele Terribile – Coord.^a do Curso de Especialização em Direito do Trabalho e Direito Previdenciário Aplicados

2 COORDENAÇÃO GERAL

Prof. Ms. Antonio Roberto Lausmann Ternes – Diretor Geral das Faculdades Integradas Machado de Assis

Prof.^a Ms. Márcia Adriana Dias Kraemer – Coordenadora do Núcleo de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão – NPPGE



ANAIS DA III JORNADA INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA - FEMA 2011 - ISBN 2177-1103

X Jornada e Mostra de Estudos Jurídicos e Sociais do Curso de Direito
VII Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Administração e de Ciências Contábeis
III Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Serviço Social
III Mostra de Trabalhos de Conclusão de Curso, de Pós-Graduação e de Encontro de Egressos
II Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Gestão de Recursos Humanos
I Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Gestão da Tecnologia da Informação
Faculdades Integradas Machado de Assis - FEMA - Santa Rosa
Unidades I, II e III, de 07 a 12 de novembro de 2011.

CATALOGAÇÃO DA FONTE

J532 Jornada Interdisciplinar de Pesquisa das Faculdades
Machado de Assis (3., 2011: Santa Rosa/RS).
Anais da 3ª Jornada Interdisciplinar de Pesquisa das Faculdades
Machado de Assis, Santa Rosa, RS, Brasil.

ISBN: 2177-1103

1. Pesquisa Científica. 2. Resumos Expandidos. I. Faculdades
Integradas Machado de Assis.

CDU:001.8

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	06
1 DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL	07
1.1 MICROCREDITOS: UNA HERRAMIENTA PARA FORTALECER EL PROCESO DE CIUDADANIZACION DE LAS PERSONAS? UNA EXPERIENCIA DE APLICACIÓN DE LA METODOLOGÍA GRAMEEN O BANCO DE LOS POBRES, DESDE LA ACCIÓN DE PROFESIONALES DEL TRABAJO SOCIAL.....	07
1.2 RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E O SISTEMA DA LOGÍSTICA REVERSA: UMA QUESTÃO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	09
2 EDUCAÇÃO E POLÍTICAS SOCIAIS	11
2.1 ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: UMA POSSIBILIDADE DE FORTALECER SONHOS E CONSTRUIR CIDADANIA.....	11
2.2 MÉTODO BELO HORIZONTE: CONTRIBUIÇÕES PARA O PROJETO DO SERVIÇO SOCIAL NA DÉCADA DE SETENTA.....	13
2.3 O TRABALHO SOCIAL EM PROGRAMAS HABITACIONAIS	15
2.4 PESQUISA: MEIO DE APRENDIZAGEM	17
2.5 POLÍTICA PÚBLICA Y DERECHOS SEXUALES: OMISIONES NATURALIZADAS, CUESTIONES PENDIENTES Y POSIBILIDADES.....	19
3 EXPERIÊNCIA JURÍDICA CONTEMPORÂNEA: FUNDAMENTOS DOGMÁTICOS, FILOSÓFICOS E SOCIOLÓGICOS.	21
3.1 A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA DIANTE DA REALIDADE DOS IDOSOS	21
3.2 A REALIDADE DO SISTEMA PENITENCIÁRIO E O (DES) CASO BRASILEIRO	23
3.3 A RESPONSABILIDADE CIVIL DOS NOTÁRIOS E REGISTRADORES POR DANOS CAUSADOS NO EXERCÍCIO PÚBLICO DELEGADO.....	25
3.4 A UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO.....	27
3.5 A VIOLÊNCIA DO GÊNERO FEMININO E SUA APLICAÇÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ÂMBITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA.....	29
3.6 ASSÉDIO MORAL NO AMBIENTE DE TRABALHO.....	31
3.7 DESENHOS ANIMADOS E A PRODUÇÃO DA VIOLÊNCIA: UM ESTUDO A PARTIR DA TELEVISÃO BRASILEIRA	33
3.8 DISCRIMINAÇÃO HOMOSSEXUAL NAS RELAÇÕES DE TRABALHO	35
3.9 JUSTIÇA RESTAURATIVA COMO FORMA ALTERNATIVA DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS DOS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI.....	37

3.10 MONITORAMENTO AUDIOVISUAL NO AMBIENTE DE TRABALHO: PRERROGATIVAS DO EMPREGADOR VERSUS VIOLAÇÃO DA DIGNIDADE E DA INTIMIDADE DO TRABALHADOR	39
3.11 O PAPEL DA TRIBUTAÇÃO NA SOCIEDADE DE CONSUMO	41
3.12 O RECONHECIMENTO DA IDENTIDADE MULTICULTURAL DIANTE DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA	43
3.13 SAÚDE OCUPACIONAL, TRANSDISCIPLINARIDADE E DIREITO DO TRABALHO	45
4 GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS	47
4.1 LIDERANÇA.....	47
4.2 MANTENDO PESSOAS: SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO COMO AGENTES DE RETENÇÃO	49
4.3 ROTATIVIDADE DE FUNCIONÁRIOS NA EMPRESA DE CONSTRUÇÃO CIVIL MATTIAZZI CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA	51
4.4 UM ESTUDO A RESPEITO DAS PRÁTICAS DE HUMANIZAÇÃO DESENVOLVIDAS POR EMPRESAS DE SANTA MARIA – RS	53
5 GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE ORGANIZAÇÕES.....	55
5.1 A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA UMA INDÚSTRIA DE MÉDIO PORTE	55
5.2 A INTERNACIONALIZAÇÃO DA FENASOJA	57
5.3 CRITÉRIOS PARA ANÁLISE DE VIABILIDADE DE INVESTIMENTO NO AGRONEGÓCIO NA MODALIDADE PRONAF	59
5.4 MELHORIA NO PROCESSO DE PINTURA EM UMA METALÚRGICA DA REGIÃO NOROESTE DO RS.....	61
5.5 PLANEJAMENTO FINANCEIRO DE PEQUENAS EMPRESAS.....	63
5.6 SPED FISCAL PIS/COFINS	65
6 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	67
6.1 INFORMÁTICA E PERSUASÃO NA WEB: O PAPEL INOVADOR DO WEBSITE EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO	67
6.2 RFID: IDENTIFICAÇÃO POR RÁDIO FREQUÊNCIA.....	69



ANAIS DA III JORNADA INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA - FEMA 2011 - ISBN 2177-1103
X Jornada e Mostra de Estudos Jurídicos e Sociais do Curso de Direito
VII Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Administração e de Ciências Contábeis
III Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Serviço Social
III Mostra de Trabalhos de Conclusão de Curso, de Pós-Graduação e de Encontro de Egressos
II Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Gestão de Recursos Humanos
I Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Gestão da Tecnologia da Informação
Faculdades Integradas Machado de Assis - FEMA - Santa Rosa
Unidades I, II e III, de 07 a 12 de novembro de 2011.

APRESENTAÇÃO

A III Jornada Interdisciplinar de Pesquisa das Faculdades Integradas Machado de Assis – FEMA procura, nesta terceira edição, consolidar-se na articulação permanente entre docentes e discentes desta Instituição de Ensino Superior, ligada à Fundação Educacional Machado de Assis.

Assim, para o evento, apresentam-se trabalhos relacionados à: VII Mostra de Trabalhos Científicos dos cursos de Administração e de Ciências Contábeis; a X Jornada e Mostra de Estudos Jurídicos e Sociais do Curso de Direito; a III Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Serviço Social; a II Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Gestão de Recursos Humanos; I Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Gestão da Tecnologia da Informação; III Mostra de Trabalhos de Conclusão de Curso; e III Mostra de Pós-Graduação e de Encontro de Egressos.

O intuito é fomentar debates e pesquisas que contribuam à análise dos desafios contemporâneos, criando um fórum integrado para a apresentação de produtos e de trabalhos ligados aos três eixos fundamentais da educação superior: ensino, pesquisa e extensão.

Dessa maneira, as Faculdades Integradas Machado de Assis, por meio do Núcleo de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão – NPPGE, têm por princípio divulgar a produção científica dos acadêmicos de graduação, de pós-graduação e de docentes da Instituição, bem como de outras que se mostrem interessadas.

A modalidade constante nos Anais da III Jornada Interdisciplinar de Pesquisa das Faculdades Integradas Machado de Assis inscreve-se na forma de resumos expandidos, ocupando um espaço que se constitui como precípuo na divulgação dos resultados da produção técnico-científica. Os trabalhos apresentados, versando sobre diversos temas, em que se cruzam experiências disciplinares e interdisciplinares com lógicas diferentes, proporcionam aos acadêmicos, bem como aos egressos, oportunidades de formação e de atualização continuada.



ANAIS DA III JORNADA INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA - FEMA 2011 - ISBN 2177-1103
X Jornada e Mostra de Estudos Jurídicos e Sociais do Curso de Direito
VII Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Administração e de Ciências Contábeis
III Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Serviço Social
III Mostra de Trabalhos de Conclusão de Curso, de Pós-Graduação e de Encontro de Egressos
II Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Gestão de Recursos Humanos
I Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Gestão da Tecnologia da Informação
Faculdades Integradas Machado de Assis - FEMA - Santa Rosa
Unidades I, II e III, de 07 a 12 de novembro de 2011.

MICROCREDITOS: UNA HERRAMIENTA PARA FORTALECER EL PROCESO DE CIUDADANIZACION DE LAS PERSONAS?. UNA EXPERIENCIA DE APLICACIÓN DE LA METODOLOGÍA GRAMEEN O BANCO DE LOS POBRES, DESDE LA ACCIÓN DE PROFESIONALES DEL TRABAJO SOCIAL.

Lic. Maria Elisa Dellacroce
Docente-Investigadora del Dpto de Trabajo Social FHycS-UNaM
Mgter Norma Beatriz Cuevas
Docente-Investigadora del Dpto de Trabajo Social FHycS-UNaM

INTRODUCCION

Esta investigación pretende dar continuidad a un trabajo anterior referido a analizar la ciudadanía o descuidadización en los procesos sociolaborales de los Trabajadores Sociales. Ahora, la propuesta es conocer, de manera específica, la implementación de una línea de política social referida a las microfinanzas, destinadas a emprendedoras de escasos recursos económicos, en la cual participan profesionales y estudiantes del área social en la provincia de Misiones. Esta nueva propuesta de investigación se encuentra en su etapa inicial. En este sentido, el *Objetivo General* propuesto es: “Indagar acerca de las estrategias organizacionales y familiares desarrolladas por las mujeres emprendedoras a partir de su inserción en proyectos de microcréditos”.

METODOLOGIA

Como base se utiliza una metodología de tipo cualitativa para lo cual se desarrollan entrevistas semiestructuradas que permiten obtener información de cierta profundidad, en un número considerable de entrevistados para contar luego con un patrón común y comparar los resultados.

En cuanto al universo, el mismo está compuesto por las 75 mujeres que participan en el proyecto de microcrédito desde la ONG Desarrollo Humano Integral. Por lo tanto, cada una de las mujeres es tomada como unidad de análisis. Asimismo, los profesionales en Trabajo Social constituyen otra unidad de análisis para esta investigación.

ANÁLISIS

Puede decirse que los cambios estructurales a través de los diferentes ajustes en las políticas económicas, buscaron lograr un desarrollo y crecimiento hacia áreas con alto rendimiento económico, creyendo en la lógica del desarrollo; como consecuencias se presentaron cambios negativos en niveles y áreas de la sociedad (por ejemplo; en el mercado laboral, en los servicios públicos, cambios en la cultura, etc.).

La respuesta a estos procesos desde el Estado y desde la sociedad en general, ha sido muy variada. Una de éstas formas, ha sido el fortalecimiento de la economía popular. Dicha economía se traduce en la generación espontánea de espacios de trueque, huertas comunitarias, comedores infantiles, asociaciones entre vecinos o emprendedores, búsqueda y otorgamiento de ayudas sociales diversas.

“De hecho existe una economía popular, de la supervivencia, de la subsistencia, del rebusque, o de la solidaridad de los vecinos, de los que pasan por la misma situación de exclusión o carencia, que nos presenta un importante lado oculto de “la economía”, -orientada hacia la sobrevivencia o la reproducción ampliada de la vida, según su grado de desarrollo. Aunque fragmentaria, esa “economía popular” debe ser reconocida en toda su magnitud y su potencial para dar fundamento empírico a un sistema de economía social centrado en el trabajo asociado, como parte de “otra economía”. (Coraggio y otro: 2004, pág 9)

En este sentido, y en cuyo análisis se basa este proyecto de investigación, se inició en el año 2000, la implementación de una metodología crediticia exportada desde un país oriental, más específicamente desde Bangladesh, la cual si bien tiene bases y fundamentos en una cultura diferente, propone una alternativa de lucha contra la situación económica adversa de la población afectada, que fuera aplicada en más de 30 países.

CONSIDERACIONES FINALES

Como este trabajo se encuentra en la etapa inicial de desarrollo, se plantean algunas reflexiones que guiarán la continuidad del proceso. Las mismas se refieren a: lineamientos políticos más abarcativos, trabajo articulado e integral, esta línea promueve el autoempleo, se visualizan a nivel nacional políticas de apoyo a estas iniciativas.

REFERENCIAS

BARBEITO, A y LO VUOLO. **La modernización excluyente.** Transformación Económica y Estado de Bienestar en Argentina. Cap. Crisis del Estado de Bienestar.. Buenos Aires: By Editorial Losada S.A. y UNICEF, 1992.

CORAGGIO, José Luis. **Perspectivas de la Planificación Urbana en el contexto de la Globalización,** ponencia al Curso Internacional Nuevas modalidades de Planificación y Gestión, Rosario, 1999.

SERRANI E. Y CUEVAS N. **Oportunidades Economicas para Microemprendedores de Menores Recursos a Traves de un Sistema de Microcreditos Innovador.** Instituto Universitario Gastón Dachary. Universidad Nacional De Misiones. Foncap S.A.- Oei, 2001.

TENTI FANFANI, E. **Resonancias políticas de la cuestión social en la Argentina contemporánea.** Versión preliminar. Buenos Aires: 1997.



ANAIS DA III JORNADA INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA - FEMA 2011 - ISBN 2177-1103
X Jornada e Mostra de Estudos Jurídicos e Sociais do Curso de Direito
VII Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Administração e de Ciências Contábeis
III Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Serviço Social
III Mostra de Trabalhos de Conclusão de Curso, de Pós-Graduação e de Encontro de Egressos
II Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Gestão de Recursos Humanos
I Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Gestão da Tecnologia da Informação
Faculdades Integradas Machado de Assis - FEMA - Santa Rosa
Unidades I, II e III, de 07 a 12 de novembro de 2011.

RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E O SISTEMA DA LOGÍSTICA REVERSA: UMA QUESTÃO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Franciele Seger
Gabriela Lambrecht
Acadêmicas do Curso de Direito da FEMA
Domingos Benedetti Rodrigues (Orientador)
Prof. Ms. do Curso de Direito e de Serviço Social da FEMA e do Curso de Direito e de Agronomia da UNICRUZ

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é estudar os resíduos sólidos urbanos e o sistema da logística reversa, como uma questão de educação ambiental. O trabalho se justifica na medida em que os municípios terão prazo até 2014, para regulamentar a matéria em lei municipal própria.

A situação problema é saber se a efetivação do sistema da logística reversa, que envolverá indústria, comerciante e consumidor na reciclagem, reaproveitamento e destinação ambientalmente correta dos resíduos sólidos, se constitui numa questão de educação ambiental tripartite?

A hipótese é de que, a efetivação deste sistema, passa pelo planejamento e execução de políticas de educação ambiental. Tendo como base o tema principal, foram estudados os fundamentos jurídicos dos resíduos sólidos; a política nacional dos resíduos sólidos e a sustentabilidade ambiental; o sistema da logística reversa e a responsabilidade ambiental urbana, e por último, a educação ambiental como um caminho para efetivação do sistema da logística reversa.

METODOLOGIA

A metodologia adotada está inserida em um contexto social-econômico entre produção de resíduos sólidos urbanos, a implantação do sistema da logística reversa e a preservação do meio ambiente. Para isso, os estudos do gênero resumo expandido foram feitos com base na natureza teórica e fundamentar-se-ão nas situações previstas na bibliografia e na legislação constitucional e infraconstitucional.

Quanto à natureza, configurou-se numa pesquisa teórica. Quando ao alcance dos objetivos, enquadrou-se numa pesquisa descritiva. No tocante à coleta de dados, é classificada em qualitativa. Os dados foram analisados por meio do método tradicional de abordagem dedutivo, utilizando-se também como métodos de procedimento auxiliares, o histórico e o comparativo.

ANÁLISE

Este trabalho está fundamentado no art. 225, caput da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2011), que estabelece o “direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

O controle dos resíduos sólidos, segundo Sirvinskaskas (2011,p.158) se constitui em um dos objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente instituída pela Lei 6.938/81 em seu art. 4º. Estabelece a “compatibilização do desenvolvimento socioeconômico com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico.”

Fiorillo (2009, p. 255-256) ao estudar o tema, destaca conteúdo da Resolução 5/93 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). O seu art.1º conceitua resíduos sólidos como sendo “resíduos nos estados sólido e semi-sólidos, que resultam de atividades da comunidade de origem: industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição.”

Nesta linha, a Lei nº 12.305/2010 e o Dec. 7.404/2010, que estabelecem a política nacional dos resíduos sólidos (PNRS) e o sistema da logística reversa, a ser regulamentada em lei estadual e municipal em um prazo de quatro anos, a partir de 2010.

Implantação de políticas ambientais, como a PNRS, é uma questão de educação ambiental de toda cadeia envolvida, pois, segundo Leite e Ayala (2002, p.149) “as empresas, entidades de classe, instituições públicas ou privadas, como determina o art. 3º da Lei 9.795/99, são responsáveis pela promoção de programas educacionais”, visando o controle dos impactos ambientais gerados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, conclui-se que a preocupação com a implantação da política nacional dos resíduos sólidos, que institui o sistema da logística reversa, é regulamentar em lei estadual e municipal mecanismos e instrumentos de controle sobre a destinação correta destes resíduos, a sua reciclagem ou reutilização, a fim de que possam circular na economia durante seu período de vida útil.

O sistema é inteligente, porém, necessita, de um processo de educação ambiental, visando a participação dos fabricantes, fornecedores, comerciantes e consumidores, nesta cadeia interligada, que controlará toda a circulação dos resíduos.

REFERÊNCIAS

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. S. Paulo: Ed. Saraiva, 10ª ed., 2009.

LEITE, José Rubens Morato; AYALA, Patryck de Araújo. **Direito Ambiental na Sociedade de Risco**. S. Paulo: Forense Universitária, 2002.

SIRVINSKASKAS, Luis Paulo. **Manual de Direito Ambiental**. S. Paulo: Ed. Saraiva, 2011.



ANAIS DA III JORNADA INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA - FEMA 2011 - ISBN 2177-1103
X Jornada e Mostra de Estudos Jurídicos e Sociais do Curso de Direito
VII Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Administração e de Ciências Contábeis
III Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Serviço Social
III Mostra de Trabalhos de Conclusão de Curso, de Pós-Graduação e de Encontro de Egressos
II Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Gestão de Recursos Humanos
I Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Gestão da Tecnologia da Informação
Faculdades Integradas Machado de Assis - FEMA - Santa Rosa
Unidades I, II e III, de 07 a 12 de novembro de 2011.

ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: UMA POSSIBILIDADE DE FORTALECER SONHOS E CONSTRUIR CIDADANIA.

Tatiana Vieira
Acadêmica do Curso de Serviço Social
Sheila F. Figueiró
Profª Ms. do Curso de Serviço Social da FEMA

INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata-se de uma experiência de Estágio Supervisionado em Serviço Social, a qual apresenta uma possibilidade de intervenção com as adolescentes em situação de Acolhimento Institucional, na APROMES, Santa Rosa/RS.

O objetivo é aproveitar-se das normativas para lutar pela implementação, especialmente dos direitos que tratam o capítulo II e III do Estatuto da Criança e Adolescente, no que diz respeito, respectivamente, à garantia da Liberdade, do Respeito e da Dignidade, da Convivência Familiar e Comunitária das adolescentes institucionalizadas.

A institucionalização como medida provisória e excepcional não deve ser na vida das adolescentes uma ruptura com as possibilidades da construção de uma vida digna e cidadã.

Portanto, a instituição tem uma significativa função na potencialização dos sonhos e nas estratégias de garantir oportunidades para que as adolescentes vislumbrem condições de elaborar seus projetos de vida, pautados na liberdade e na confiança de um futuro melhor e mais humano.

METODOLOGIA

O trabalho tem um foco qualitativo e referência histórica. Conforme Neto (1994, p.51), o trabalho de campo se apresenta como uma possibilidade de conseguirmos não só uma aproximação com aquilo que desejamos conhecer e estudar, mas também de criar um conhecimento, partindo da realidade no campo.

A proposta é fazer continuamente essa conexão entre teoria e prática, no intuito de construir coletivamente aprendizagens que elevam a dignidade da vida, transforma o cotidiano e gera autores protagonistas de suas histórias.

Nesse sentido, pretende-se realizar oficinas temáticas com as adolescentes em situação de acolhimento institucional, bem como promover a interlocução com programas e serviços da comunidade.

ANÁLISE

O acolhimento Institucional, enquanto medida protetiva de caráter provisório e excepcional, não pode ser na vida das crianças e adolescentes uma lacuna, mas dentro da perspectiva humanizadora do acolhimento deve contribuir na construção da identidade e de alternativas emancipadoras.

Durante três semestres de estágio supervisionado no Programa de Acolhimento Institucional da APROMES observou-se que o Serviço Social tem

importante desafio no sentido de efetivar o princípio do atendimento personalizado que preconiza o ECA, bem como, empreender um novo olhar sobre o papel e a função da medida protetiva na vida de seus destinatários.

O paradigma do acolhimento quer re-significar o cotidiano do abrigo, como um lugar de proteção, de construção de vínculos afetivos, de espaço para a alegria e a participação.

CONCLUSÃO

Espera-se contribuir na construção da identidade e da autonomia de modo especial das adolescentes que vivem situações complexas, com o total rompimento dos vínculos familiares e sem projeção de serem adotadas.

Para tanto é fundamental considerar que cada adolescente é um ser único, com uma trajetória própria marcada por alegrias e frustrações, mas com resiliência, isto é com capacidade de superação mesmo em lugares adversos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei 8.069 de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 10 out. 2011.

CRUZ NETO, O. O Trabalho de campo como descoberta e criação. IN: MINAYO, M.S. de S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

GUARÁ, Isa M. F.R. Abrigo Comunidade de Acolhida e socioeducação. In: **Abrigo: Comunidade de Acolhida e Socioeducação**. São Paulo: Instituto Camargo Correa, 2006, p.63-72.

RIZZINI, Irene e PILOTTI, Francisco (Orgs). **A arte de Governar Crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

OLIVEIRA, Rita de Cássia. A história começa a ser revelada: Panorama Atual do abrigamento no Brasil. In: **Abrigo: Comunidade de Acolhida e Socioeducação**. São Paulo: Instituto Camargo Correa, 2006, p. 39-48.



ANAIS DA III JORNADA INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA - FEMA 2011 - ISBN 2177-1103

X Jornada e Mostra de Estudos Jurídicos e Sociais do Curso de Direito

VII Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Administração e de Ciências Contábeis

III Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Serviço Social

III Mostra de Trabalhos de Conclusão de Curso, de Pós-Graduação e de Encontro de Egressos

II Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Gestão de Recursos Humanos

I Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Gestão da Tecnologia da Informação

Faculdades Integradas Machado de Assis - FEMA - Santa Rosa

Unidades I, II e III, de 07 a 12 de novembro de 2011.

MÉTODO BELO HORIZONTE: CONTRIBUIÇÕES PARA O PROJETO DO SERVIÇO SOCIAL NA DÉCADA DE SETENTA

Ana Cláudia Backes
Caroline Jeske Flores
Loreni Beatriz Wartha
Rosmeri Prediger Buchholz
Acadêmicas do Curso de Serviço Social da FEMA
Solange dos Santos Silva (Orientadora)
Prof.^a Ms. do Curso de Serviço Social da FEMA

INTRODUÇÃO

O presente resumo expandido tem como temática central o Método Belo Horizonte (BH), que se desenvolve na Universidade Católica de Minas Gerais no início da década de setenta, o qual além de manifestar-se contra o tradicionalismo, busca na teoria social crítica de Marx referência para análise dialética no Serviço Social brasileiro, trazendo transformações e contribuições para o projeto profissional na década de setenta e refletindo até os dias atuais.

Com o objetivo de aprofundar as reflexões sobre o Método BH na historicidade do Serviço Social buscou-se realizar um estudo bibliográfico para conhecer as premissas do Método e desvendar as contribuições deste movimento para o projeto profissional de ruptura com o Serviço Social tradicional na década de setenta.

METODOLOGIA

A pesquisa é de natureza teórica, baseada em estudo bibliográfico com fins explicativos. Consiste em uma abordagem qualitativa do conteúdo e das reflexões a partir das leituras selecionadas na disciplina de Fundamentos Históricos Teóricos e Metodológicos do Serviço Social III buscando conhecer e apreender as premissas do Método Belo Horizonte e desvendar as suas contribuições para com o Serviço Social na década de setenta do século XX.

ANÁLISE

O período da década de sessenta, que marcou a ditadura militar na sociedade brasileira desencadeou mudanças, tanto no que se refere ao plano econômico e político quanto social, evidenciando e agravando um conjunto de expressões da questão social (IAMAMOTO, 2011).

O projeto profissional do Serviço Social está implicado diretamente a estas mudanças societárias. Na Universidade passam a ocorrer os principais movimentos que caracterizam a “denúncia epistemológica e metodológica e recusa das práticas próprias do tradicionalismo” (NETTO, 2011 p.276) e difunde-se a análise dialética e crítica da realidade.

Na década de setenta, surge e se desenvolve na Universidade Católica de Minas Gerais o Método BH que elabora uma crítica teórica-prática ao tradicionalismo, buscando renovação da prática profissional.

A autora Iamamoto analisa o Serviço Social como profissão referenciada ao aprofundamento do capitalismo no Brasil, o significado da profissão a partir de sua inserção na sociedade e a partir da divisão social do trabalho e sua localização na estrutura sócio-ocupacional, assim como o exercício profissional em suas conexões com a produção e reprodução das relações sociais na formação social da sociedade brasileira e a compreensão histórica da sua funcionalidade no espaço de mediações entre classes e Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em consideração aos conhecimentos acerca do Método Belo Horizonte, compreende-se a importância e as significativas contribuições do mesmo para com a ruptura com o Serviço Social Tradicional.

A Universidade é palco para o desenvolvimento do Serviço Social e discussões dos rumos do projeto profissional com destaque para a reflexão, pesquisa e extensão, estes indispensáveis para o debate do significado da profissão e do trabalho do assistente social na conformação do projeto de sociedade naquele contexto histórico.

A busca pela fundamentação na teoria social crítica de Marx trazida pelo Método BH apresentam para a profissão o reconhecimento e a crítica em relação a sociedade capitalista, através da investigação e conhecimento da realidade em que se insere.

REFERÊNCIAS

IAMAMOTO, Marilda Vilella. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 20. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós 64**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ORTIZ, Fátima da Silva Grave. **Serviço Social e método**. Disponível em <http://cac.php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario2/trabalhos/servico_social/MSS35.pdf>. Acesso em: 14 out. 2011.



ANAIS DA III JORNADA INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA - FEMA 2011 - ISBN 2177-1103

X Jornada e Mostra de Estudos Jurídicos e Sociais do Curso de Direito

VII Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Administração e de Ciências Contábeis

III Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Serviço Social

III Mostra de Trabalhos de Conclusão de Curso, de Pós-Graduação e de Encontro de Egressos

II Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Gestão de Recursos Humanos

I Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Gestão da Tecnologia da Informação

Faculdades Integradas Machado de Assis - FEMA - Santa Rosa

Unidades I, II e III, de 07 a 12 de novembro de 2011.

O TRABALHO SOCIAL EM PROGRAMAS HABITACIONAIS

Lenise Copetti Sperling

Acadêmica do Curso de Serviço Social da FEMA

Débora Bordignon (Orientadora)

Prof.^a Especialista do Curso de Serviço Social da FEMA

INTRODUÇÃO

As novas configurações da Política Nacional de Habitação, em vigor desde 2004, estabelecem diretrizes para o fortalecimento de um Sistema Nacional de Habitação, definindo metodologias para o trabalho social, tornando-se uma estratégia para a efetivação do direito a moradia e a cidade.

Tão importante quanto a construção das unidades habitacionais, este trabalho consiste em realizar diversas ações, permeadas numa perspectiva sócio-educativa e política, de autonomia e emancipação, levando em consideração as características da área de intervenção, bem como a realidade socioeconômica e cultural da população a que se destina.

Neste sentido, a presente pesquisa busca conhecer as possibilidades de atuação do assistente social em programas habitacionais, na perspectiva da garantia ao acesso a moradia e a cidade e assim, melhor visualizar como esta política vem sendo desenvolvida no Município de Três de Maio.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como pesquisa teórica, realizada através de consultas bibliográficas e documentais, em livros, artigos científicos e periódicos. Com relação aos objetivos é descritiva, onde busca interpretar os dados.

ANÁLISE

O direito a moradia é assegurado como direito social através da Constituição Federal de 1988. Além da garantia da habitação em si, que ofereça conforto e segurança, é necessário também que a população tenha acesso a serviços básicos de infra-estrutura como serviço de esgoto, coleta de lixo, redes de água e luz.

Assim como o direito a educação, a saúde, ao lazer, tem destaque importante nas ações do Estado, o direito a moradia se faz destacar, pois é dentro de casa que se exercem as relações familiares.

Através desta pesquisa também pretendemos identificar a expressão da questão social, objeto de trabalho do Serviço Social, suas manifestações e como o profissional Assistente Social pode exercer seu trabalho, dando enfoque a autonomia e emancipação dos sujeitos envolvidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Abordar a questão habitacional relacionada aos direitos sociais é, primeiramente, repensar o papel social dos sujeitos e a forma como este se relaciona com o meio em que vive, e, nessa perspectiva, potencializar a participação dos mesmos para a construção da cidadania.

Sendo a questão habitacional e o direito à cidade tão complexos e do interesse da própria sociedade civil, a participação dos sujeitos sociais é necessária, pois assim serão capazes de reivindicar e controlar o Estado.

Neste intuito, o Serviço Social, através de suas estratégias, e seguindo seus princípios éticos, desempenha a função essencial de intervir junto às políticas públicas, ampliando a cidadania em busca da universalização dos direitos e a emancipação dos sujeitos.

No entanto, conforme a análise ora apresentada podemos concluir que, apesar das muitas discussões sobre o tema, é preciso ir além, transformando estas ações em práticas e assim, amenizando as várias expressões da questão social que compreendem o foco das Políticas habitacionais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL. **Emenda Constitucional nº 26**. Brasília/DF: 2000.

_____. MINISTÉRIO DAS CIDADES. SECRETARIA NACIONAL DE HABITAÇÃO. **Instrução Normativa n.º 08/2009**. Brasília/DF: 2009.

_____. Curso a Distância. **Trabalho Social em Programas e Projetos de Habitação Social**. Brasília/DF: 2010.



ANAIS DA III JORNADA INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA - FEMA 2011 - ISBN 2177-1103
X Jornada e Mostra de Estudos Jurídicos e Sociais do Curso de Direito
VII Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Administração e de Ciências Contábeis
III Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Serviço Social
III Mostra de Trabalhos de Conclusão de Curso, de Pós-Graduação e de Encontro de Egressos
II Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Gestão de Recursos Humanos
I Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Gestão da Tecnologia da Informação
Faculdades Integradas Machado de Assis - FEMA - Santa Rosa
Unidades I, II e III, de 07 a 12 de novembro de 2011.

PESQUISA: MEIO DE APRENDIZAGEM.

Cátia Guadagnin Rossa
Prof.^a do Curso de Administração e de Ciências Contábeis da FEMA

INTRODUÇÃO

Este trabalho trata de questões relacionadas à pesquisa como meio de aprendizagem. Tem como objeto verificar a importância da pesquisa para a aprendizagem e o processo de aprendizagem na dimensão cognitiva. No que se refere à importância da pesquisa, esta teve como base as teorias de Pedro Demo, que enfatiza a importância da pesquisa no aprendizado, entendendo que aprender é criar, assim como que, um instrumento essencial para criação, é a pesquisa. Nesse sentido procurou-se explicar o processo de aprendizagem na dimensão cognitiva abordada nas teorias de Juan Ignacio Pozo. Por conseguinte, o conhecimento não é cópia da realidade, mas sim uma reconstituição pessoal, de intermediação entre aluno e saberes. Nesse cenário, a pesquisa se fundamenta na reconstrução dos saberes, com o professor assumindo papel desafiador perante os alunos, em busca desses saberes.

METODOLOGIA

A pesquisa é, quanto à sua natureza, teórica. Em relação aos objetivos é explicativa. No tocante à coleta de dados, classifica-se em: qualitativa
No que se refere à coleta de dados utilizou-se dos procedimentos técnicos por meio da documentação indireta, pesquisa bibliográfica. Como método de abordagem, ter-se-á o dedutivo.

ANÁLISE

A busca da metodologia adequada para desenvolver o fazer diário em sala de aula é companhia incessante dos docentes. Na sociedade da aprendizagem em que vivemos, a necessidade de uma atualização constante se torna presente. Entretanto, para alcançar esse conhecimento, é fator primordial ao fazer docente, adquirir o entendimento da importância da pesquisa no processo de aprendizagem e as diferenças existentes entre aprendizagem associativa e construtiva, pois, essa é a melhor tentativa de elucidar uma apropriação dos conceitos

Para entender melhor por que a pesquisa é um meio de aprendizagem, primeiramente, é necessário saber o que é pesquisa e qual sua importância para a aprendizagem.

Nesse ponto esclarece Demo (2005, p. 14) “quem ensina carece pesquisar; quem pesquisa carece ensinar. Professor que apenas ensina jamais o foi. Pesquisador que só pesquisa é elitista explorador, privilegiado e acomodado”

A pesquisa é um processo de construção e reconstrução de conhecimento. Quando buscamos determinada informação ou desejamos saber algo a respeito de determinado fato, essa resposta é dada pela pesquisa.

Neste contexto, o professor tem papel fundamental para a construção do conhecimento do seu aprendiz, pois é ele o elo responsável por mostrar qual o

caminho a ser trilhado. A pesquisa deve ser estimulada pelo docente como meio de aprendizagem.

De acordo com Pozo (2002) o processo de aprendizagem é alcançado através de dois processos complementares: o primeiro sistema de aprendizagem associativo e um segundo sistema de aprendizagem construtivo ou por reestruturação.

A aprendizagem associativa, na idéia de Pozo (2002), é o reflexo de estruturas inatas, e aprender, é atualizar o que desde sempre sabemos; para o empirismo, nosso conhecimento é só reflexo da estrutura do ambiente, e aprender, é reproduzir a informação que recebemos. Por outro lado, para o construtivismo aprender é construir modelos para interpretar a informação que recebemos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo que se pode verificar, o estudo realizado mostrou que o conhecimento não é uma “coisa” que vem de fora, mas sim um processo de construção e reconstrução individual. Não pode ser transferido de um para o outro. A pesquisa tem papel fundamental na construção desse conhecimento, pois o conhecimento não é uma cópia da realidade, mas, sim, uma reconstituição, pessoal, da intermediação entre alunos e saberes.

Nesse contexto, sobleva afirmar que o professor tem papel fundamental no processo de aprendizagem. Não é apenas transmitir informações, mas sim ser um agente que desafie o aluno, estimulando a busca de novos saberes do mundo.

Concluí-se que o fazer diário em sala de aula é construído na busca incessante do conhecimento, seja por parte do professor, seja do aluno, e, ainda, que a pesquisa deve fazer parte da metodologia de ensino.

REFERÊNCIAS

DEMO, Pedro. **Pesquisa princípio científico e educativo**. 11. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

POZO, Juan Ignacio. **Aprendizagem e mestres: a nova cultura da aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.



ANAIS DA III JORNADA INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA - FEMA 2011 - ISBN 2177-1103
X Jornada e Mostra de Estudos Jurídicos e Sociais do Curso de Direito
VII Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Administração e de Ciências Contábeis
III Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Serviço Social
III Mostra de Trabalhos de Conclusão de Curso, de Pós-Graduação e de Encontro de Egressos
II Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Gestão de Recursos Humanos
I Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Gestão da Tecnologia da Informação
Faculdades Integradas Machado de Assis - FEMA - Santa Rosa
Unidades I, II e III, de 07 a 12 de novembro de 2011.

POLÍTICA PÚBLICA Y DERECHOS SEXUALES: OMISIONES NATURALIZADAS, CUESTIONES PENDIENTES Y POSIBILIDADES.

Spasiuk Gisela
Cabrera Zulma
Rolando Mirian

Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales, Universidad Nacional de Misiones.

INTRODUCCION

El trabajo se inscribe en el marco de los resultados de una investigación realizada en la Universidad Nacional de Misiones; Argentina (exploratoria descriptiva de tipo cualitativa). La misma intenta mostrar, desde los argumentos en disputa de los efectores y usuarias/os del sistema de salud bajo que condiciones institucionales y personales/familiares se inscriben las barreras o posibilidades para la accesibilidad al Programa Nacional de Salud Sexual y Procreación Responsable (Ley N° 25673); identificando su incidencia en el real cumplimiento del derecho a la salud sexual como derecho humano.

Particularmente para esta ponencia, se focaliza la atención en dar cuenta del estado general de situación de la temática a nivel local, avances identificados, problemas derivados y desafíos pendientes.

METODOLOGIA

Concebimos que la sexualidad y la reproducción constituyen dimensiones básicas del desarrollo de las personas y por lo tanto de la salud individual, familiar y social. Pensar desde un enfoque de derechos es asumir el respeto a los diversos modos de vivir y sentir la sexualidad.

El abordaje metodológico de la investigación se basó en la recurrencia a la selección y utilización de fuentes secundarias (datos estadísticos disponibles) y primarias (entrevistas a los responsables del Programa de SSYPR en diez centros de salud pertenecientes y ubicados en las distintas regiones zonales pcial. de Mnes.).

No nos centramos en dilucidar los aspectos técnicos en la instrumentación del programa seleccionado ni en sus productos, sino en los aspectos socio-políticos (en el amplio sentido) que nutren su puesta en marcha. Asumimos que la realidad es inherentemente contradictoria, por ello nuestro propósito de identificar lo que existe como favorable en el proceso, lo que está, lo que es menos favorable o lo que no está, los aspectos positivos, negativos; pero puesto en vinculación, permitiendo identificar y defender los avances alcanzados pero también evidenciar los desafíos pendientes, recuperando las voces de los actores involucrados en los procesos e identificar sus concepciones y prácticas.

ANÁLISE

- a) Visibilización del problema como tema social e incorporación en la agenda pública local.
- b) Implementación del Programa en el marco de una ley nacional.

- c) Contexto facilitador de articulaciones interinstitucionales y posibilidades de avanzar en el trabajo en red.
- d) Avance en la sistematización de información y estadísticas referentes a la temática.
- e) Incremento de la población que asiste a las consultas ginecológicas, lo que facilita los controles de salud y la detección de enfermedades de transmisión sexual, y el aumento del uso de los métodos anticonceptivos distribuidos gratuitamente en los centros de salud.
- f) Aumentan las demandas de atención y acceso a la salud sexual (incluyendo la violencia como problema), a su vez esto hace desbordar sectores y recursos en algunas de las instituciones públicas vinculadas con el abordaje de diversos problemas de salud sexual reproductiva.
- g) Necesidad de repensar el programa de Salud sexual reproductiva y su operatoria para adecuarlo a un perfil de provincia “ruralizado”.

CONSIDERACIONES FINALES

Se reconoce la existencia de líneas de política pública (evidenciadas en una serie de programas y proyectos o de acciones más o menos articuladas) encaradas a nivel provincial en diversos estamentos, no obstante las mismas son insuficientes en tanto priorizan la dimensión asistencial en los procesos de intervención.

La problemática de género (ros) como tema de derechos humanos no es incorporada como perspectiva en la construcción de los diagnósticos, se explicita en los argumentos pero los mismos son inconsecuentes al momento de evaluar las acciones.

Las organizaciones sociales han desarrollado niveles de defensa y acción argumentada desde el género y los derechos humanos, no obstante aún sus tácticas organizacionales resultan insuficientes para efectivizar e incidir en la toma de decisiones desde las instituciones.

REFERÊNCIAS

Aquin Nora. *Ensayos sobre Ciudadanía*. Edit. Espacio. Bs. As. Año 2003

Lamas Marta. *El género: La construcción cultural de la diferencia sexual*. Parrua Grupo Edit. México, Año 2000.

Londoño María L. *Derechos Sexuales y Reproductivos: Los más humanos de todos los derechos*. Edit. Lugar y año S/D.

A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA DIANTE DA REALIDADE DOS IDOSOS

Pamela Padilha
Roselei Tewes
Tassiara da Silva Senna
Acadêmicas do Curso de Direito da FEMA
Rosângela Angelin (Orientadora)
Prof.^a Dr.^a do Curso de Direito da FEMA

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa abordará o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana diante do Direito dos Idosos, no Estado brasileiro, levando em conta alguns aspectos da norma constitucional e do Estatuto dos Idosos, bem como analisando-os diante da realidade vivida por esta parte da população que, em sua grande maioria, já não faz mais parte do mercado de trabalho.

METODOLOGIA

Para o presente estudo ser desenvolvido foi utilizada a pesquisa qualitativa teórica, que visa à descoberta de novos conceitos, novas relações, e outras formas de entendimento da realidade. Diante disso, para os procedimentos da realização desta pesquisa buscou-se embasamentos de referenciais doutrinários, bem como na análise comparativa da Constituição Federal e do Estatuto dos Idosos.

ANÁLISE

Em se tratando de dignidade da pessoa humana, Sarlet afirma que esta constitui-se uma meta da humanidade, do Direito e do Estado, pelo fato de ser considerada, por muitos, como qualidade indissolúvel e intrínseca do ser humano, sendo que a destruição da dignidade da pessoa humana acarretaria na destruição do ser humano, e vice-versa.

Dessa maneira, a dignidade da pessoa humana é inerente ao ser humano, sendo um direito irrenunciável e inalienável (SARLET, 2002, p. 27). Considerando as observações de Sarlet, pode-se afirmar que “[...] onde não houver respeito pela vida e pela integridade física e moral do ser humano, onde as condições para uma existência digna não forem asseguradas, [...] enfim, onde [...] a igualdade (em direitos e dignidade) e os direitos fundamentais não forem reconhecidos e minimamente assegurados, não haverá espaço para a dignidade da pessoa humana [...]” (SARLET, 2002, p. 61).

Nesse sentido, o artigo 1º, inciso III “[...] evidencia um lugar privilegiado do princípio da dignidade da pessoa humana na Constituição Federal de 1988 [...]” (ANGELIN, 2010, p. 62), consagrando a dignidade da pessoa humana como um dos fundamentos do nosso Estado Democrático de Direito (SARLET, 2002, p. 68).

Portanto, a dignidade da pessoa humana, além de ser fundamento do Estado Democrático de Direito, também é um direito inerente a todos os seres humanos, ou seja, é inerente também aos idosos. Destarte, as pessoas idosas possuem direitos e garantias fundamentais, como saúde, alimentação, transporte, entre outros que lhes

garantam uma vida digna, os quais estão expressos tanto na Constituição Federal, como no Estatuto dos Idosos.

Tanto a Constituição quanto o Estatuto dos Idosos procuram vislumbrar um público que esta sendo, de certa forma, excluído e marginalizado da sociedade, por não participar mais, ativamente, do mercado de trabalho.

Mesmo com a proteção legal, uma grande parte dos(as) idosos(as) não tem esses direitos efetivados e, ainda, muitos(as) são vítimas de violência, maus tratos, humilhações e agressões até mesmo dentro de sua própria casa, sendo maltratados pela própria família, e por serem dependentes, tem medo de denunciar.

Assim, busca-se analisar, através desta pesquisa, até que ponto regras positivadas, de fato, interferem na realidade e na garantia da dignidade das pessoas idosas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa é possível constatar, como resultados parciais, que muitos dos direitos da pessoa idosa somente existem “no papel”, porque na realidade a situação é bem diferente.

Dessa forma, é importante ressaltar “[...] que a promoção da dignidade da pessoa humana não cabe tão somente aos órgãos do Estado de Direito. Ela também é uma tarefa da coletividade, [...]”, (ANGELIN, 2010, p. 64) visto que, “[...] a positivação jurídica, por si só, não tem o condão de impedir violações concretas da dignidade das pessoas” (SARLET, 2002, p. 68) e, portanto, por si só, também não é suficiente.

Por conseguinte, tanto o Estado de Direito quanto a sociedade civil precisa debater mais esse tema e se preparar para o envelhecimento populacional, diante de um sistema capitalista que desconsidera quem não é parte do mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

ANGELIN, Rosângela. A dignidade da pessoa humana e sua promoção. Um desafio do Estado Democrático de Direito e da sociedade. **Revista Direito e Sociedade: Reflexões Contemporâneas**. Santa Rosa: Kunde, 2010.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 2. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

A REALIDADE DO SISTEMA PENITENCIÁRIO E O (DES)CASO BRASILEIRO

Dienifer Tais Friedrich
Acadêmica do Curso de Direito da FEMA
Aline Adams (Orientadora)
Prof.^a Ms. do Curso de Direito da FEMA.

INTRODUÇÃO

Com essa pesquisa pretende-se observar se o Estado está cumprindo com o seu papel de garantir a assistência ao apenado, tendo por objetivo prevenir o crime e orientar o retorno dos apenados à convivência em sociedade. Pois isso é o que temos estabelecido na Lei de Execução Penal no art. 10: “A assistência ao preso e ao internado é **dever do Estado**, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade”.

Dessa forma ao analisar o que está estabelecido na lei e a nossa realidade dos sistemas penitenciários brasileiros, veremos que essas assistências não são garantidas de fato pelo Estado.

METODOLOGIA

O presente estudo é teórico, de cunho bibliográfico, sem uma metodologia ainda definida.

ANÁLISE

De acordo com o art. 11da Lei de Execuções Penais que versa: “Art. 11. A assistência será: I - material; II - à saúde; III - jurídica; IV - educacional; V - social; VI – religiosa”, são essas assistências que o Estado deveria garantir aos apenados.

No entanto na realidade estas não são cumpridas, e dessa forma o estado infelizmente não garante as condições necessárias para o cumprimento das penas nos presídios, conforme expõe Adeildo Nules: “o estado não oferece ao preso essa assistência”. E diz ainda que: “O estado não consegue prevenir a conduta delituosa, que seria o ideal”.

Por fim depreende-se do texto da Lei de Execução Penal por exemplo que “ os Estados alegam que não dispõem de receitas para o investimento em bibliotecas”, e esta é apenas uma das justificativas dos Estados por não cumprirem com as assistências que deveriam cumprir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim entende-se que as justificativas dos Estados não faltam para as suas omissões no cumprimento das assistências aos apenados, sejam por não conseguir acompanhar a crescente demanda da criminalidade, não tendo dessa forma presídios suficientes para abrigar essa população, seja por falta de recursos.

Enfim, o que se sabe é que “o Estado já sinalizou que fracassou na tarefa de reintegrar socialmente o criminoso”. Isso porque o Estado não garante se quer as assistências necessárias para o cumprimento de pena dos apenados, imagine só se

irá reintegrar os mesmos a sociedade, é o que se entende do texto de Rafael Damaceno:

“A partir do momento em que o preso passa à tutela do Estado, ele não perde apenas o seu direito de liberdade, mas também todos os outros direitos fundamentais que não foram atingidos pela sentença, passando a ter um tratamento execrável e a sofrer os mais variados tipos de castigos, que acarretam a degradação de sua personalidade e a perda de sua dignidade, num processo que não oferece quaisquer condições de preparar o seu retorno útil à sociedade”.

REFERÊNCIAS

NUNES, Adeildo. **Da assistência ao Preso e ao Interno**. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

ASSIS, Rafael Damaceno. Revista CEJ, Brasília, Ano XI, n. 39, p. 74-78, out./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.cjf.jus.br/revista/numero39/artigo09.pdf>>. Acesso: 10 out. 2011.

A RESPONSABILIDADE CIVIL DOS NOTÁRIOS E REGISTRADORES POR DANOS CAUSADOS NO EXERCÍCIO PÚBLICO DELEGADO

Bianca de Melo Hartfil
Professora do Curso de Direito da FEMA

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como tema a responsabilidade civil dos notários e registradores, pretende trabalhar a responsabilidade civil dos notários e registradores frente aos erros ou falhas cometidas no exercício da atividade notarial e registral. Busca-se ainda identificar quais as teorias de responsabilidade civil aplicadas aos prepostos dos notários e registradores e o direito de regresso dos titulares.

Traz como objetivos específicos: estudar a responsabilidade civil, abordando as divergências doutrinárias e jurisprudenciais na questão da aplicação da responsabilidade civil subjetiva ou objetiva e a identificação da melhor teoria para o cumprimento eficiente e seguro da prestação do serviço público delegado.

METODOLOGIA

O método de abordagem utilizado na elaboração deste artigo é o dedutivo. Já a técnica de pesquisa utilizada foi a bibliográfica, com pesquisa teórica e qualitativa, em livros, revistas jurídicas, artigos, jurisprudência e sites da internet.

ANÁLISE

Na atualidade, os serviços extrajudiciais se encontram como mecanismo de destaque para solução de conflitos, de forma alternativa, sem recorrer ao poder judiciário.

Os notários e registradores exercem funções jurídico-administrativa, oriundas de serviço público delegado do Estado, portanto são qualificados como agentes públicos, não podendo ser enquadrados no conceito de servidores públicos.

O art. 236 da CF/88 estabelece que: “os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público e submetidos à fiscalização do Poder Judiciário”. E ao mesmo tempo define que “o ingresso na atividade notarial e de registro depende de aprovação em concurso público de provas e títulos”.

A responsabilidade civil dos notários e registradores é decorrente de erros ou falhas nos serviços, por exemplo, erros em escrituras públicas, reconhecimento de firma, testamentos, entre outros, que causa a anulação do instrumento por decisão judicial, consagrando-se um erro grave.

A grande discussão consiste em definir se a responsabilidade do Notário ou Registrador é objetiva ou subjetiva.

A análise do art. 22 da Lei número 8.935/94 nos sugere a objetividade da responsabilidade civil atribuída aos Notários e Registradores, bastando estar presente o nexo causal para que ocorra o dever de indenização.

O referido artigo deixa clara a responsabilidade civil subjetiva para os prepostos (deve-se provar dolo ou culpa). Caso o Notário seja condenado e efetue o pagamento da indenização, poderá acionar o preposto para pagar o valor correspondente à indenização, mas terá que comprovar o dolo ou culpa de mesmo.

Analisando o art. 927, parágrafo único do código civil, têm-se mais um reforço na questão da aplicação da responsabilidade civil objetiva, quando deixa claro, a responsabilização independente de dolo ou culpa, admitindo a teoria do risco.

Apesar de a doutrina optar pela teoria da objetividade da culpa desses agentes públicos delegados, a maioria absoluta da jurisprudência tem admitido a responsabilidade subjetiva, a qual só seria suscetível de responsabilidade, no caso de culpa e dolo.

Assim, a configuração do dever de indenizar, é direcionado ao Notário ou Registrador, necessitando da prova da parte lesada por conduta comissiva ou omissiva, do dolo ou culpa, do dano, patrimonial ou extrapatrimonial e o nexa causal, admitindo-se aí a responsabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A função exercida por tabelião ou registrador conta com a execução da atividade pelo delegado, pessoa física e seus prepostos.

Apesar de a doutrina demonstrar muitos posicionamentos inclinando-se à responsabilidade objetiva dos notários e registrados por danos causados na atribuição de sua função, de ser serviço público delegado, seria mais coerente e apropriado à estrutura da função, a aplicação da responsabilidade subjetiva, pois, a responsabilização irá ocorrer apenas se o ato danoso do titular ou seus prepostos for decorrente culpa. Mas ainda necessita-se de pacificação da doutrina e da jurisprudência neste sentido.

Por sua vez, a responsabilidade objetiva é baseada no risco inerente à própria função pública delegada, e, portanto muito ampla, o que tornaria a atividade notarial e registral inviável e insegura para o notário e registrador, já que estes teriam a obrigação de reparar qualquer fato danoso contrário ao direito, independentemente da intenção de praticar ou não o ato danoso.

REFERÊNCIAS

BOLZANI, Henrique. **A Responsabilidade Civil dos Notários e dos Registradores**. Porto Alegre: LTr, 2006.

CENEVIVA, Walter. **Lei dos notários e registradores comentada (Lei 8935/94)**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

ERPEN, Décio Antônio. **Responsabilidade Civil, Penal e Administrativa dos Notários e Registradores**. São Paulo: IRPDPJ Brasil, 1998.



ANAIS DA III JORNADA INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA - FEMA 2011 - ISBN 2177-1103
X Jornada e Mostra de Estudos Jurídicos e Sociais do Curso de Direito
VII Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Administração e de Ciências Contábeis
III Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Serviço Social
III Mostra de Trabalhos de Conclusão de Curso, de Pós-Graduação e de Encontro de Egressos
II Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Gestão de Recursos Humanos
I Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Gestão da Tecnologia da Informação
Faculdades Integradas Machado de Assis - FEMA - Santa Rosa
Unidades I, II e III, de 07 a 12 de novembro de 2011.

A UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO

Ana Paula Arnold
Acadêmica do Curso de Direito da FEMA
Eduardo Meyer Mendes (Orientador)
Prof.º Ms. do Curso de Direito da FEMA

INTRODUÇÃO

A pesquisa em comento tem por objetivo principal estudar a uniformização de jurisprudência no âmbito do processo civil brasileiro. Ao enfatizar o estudo, busca-se compreender esse incidente desde a sua criação até sua aplicação nos dias de hoje. Dessa forma, pretende-se ir além da simples conceituação, destacando sua relação com a segurança jurídica e a sua utilização nas decisões judiciais contemporâneas.

Em face disso, pretende-se demonstrar a importância que o incidente de uniformização de jurisprudência possui no processo civil brasileiro, como alternativa que pode garantir uma maior segurança jurídica na interpretação do texto legal e sua aplicação no caso concreto.

Assim, imprescindível analisar o instituto nas decisões do Tribunal, a fim de demonstrar sua contemporaneidade. Decorrente dessa percepção pretende-se abordar os doutrinadores favoráveis à aplicação desse instituto, como também aqueles que apresentam teses desfavoráveis e, dessa forma, tentar chegar a uma resposta concreta.

METODOLOGIA

Pretende-se realizar uma pesquisa teórica, através de obras bibliográficas específicas, jurisprudências, artigos e meios eletrônicos, com fundamento na doutrina jurídica acerca do tema, bem como estudo de jurisprudência e a estrutura do sistema recursal pátrio.

ANÁLISE

O presente trabalho aborda o incidente de uniformização de jurisprudência no processo civil brasileiro, objetivando buscar a medida em que esse instituto reflete na desarmonia da interpretação das normas jurídicas. O estudo foi dividido em três capítulos, sendo que o primeiro trata sobre o sistema recursal civil brasileiro, as espécies de recurso, seus princípios mais relevantes e suas generalidades.

No segundo capítulo faz-se uma referência ao processo nos tribunais superiores de tal forma que se possa compreender sua tramitação e sua competência. Nessa linha, elenca-se o conceito das súmulas vinculantes e jurisprudenciais e sua aplicabilidade, bem como estuda-se os recursos cabíveis na esfera dos tribunais superiores. O terceiro é o encerramento deste estudo e busca fazer a reflexão de modo mais aprofundado da real importância da uniformização da jurisprudência no processo civil contemporâneo.

Dessa forma, investiga-se o incidente percebendo sua utilidade desde sua criação. Esse instituto, muito importante no direito brasileiro, é alvo de críticas de alguns doutrinadores, mas também possui vários seguidores.

O tipo de pesquisa utilizado foi bibliográfica, com a análise de doutrinas, revistas, artigos e jurisprudências, que auxiliaram na busca pela compreensão do incidente de uniformização e os seus reflexos no que se refere à desarmonia de interpretação das teses legais e a segurança jurídica. Por fim busca-se uma abordagem com a análise de casos reais, vivenciados hodiernamente no Tribunal de Justiça Gaúcho, com o intuito de demonstrar a aplicação prática do incidente ora estudado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O direito pode ser visualizado sob diversos ângulos, entre esses está à maneira que é interpretado e aplicado. Verificou-se, dessa forma, que o princípio da segurança jurídica está diretamente ligado a aplicação da norma jurídica e conseqüentemente ao instituto ora estudado. A lei é fonte da segurança jurídica, e dessa forma, sua interpretação é de extrema relevância. Percebe-se, portanto, que o incidente de uniformização de jurisprudência é um instrumento capaz de gerar segurança jurídica, mesmo sabendo-se que não é o único.

Por todo o exposto, pode-se afirmar que o incidente de uniformização de jurisprudência reflete diretamente e é um caminho viável, para impedir e corrigir os diversos entendimentos em face de um dispositivo legal. Percebe-se que o escopo desse incidente é evitar que num mesmo contexto sejam proferidas decisões distintas sobre um mesmo caso em concreto, assim sendo, proferido o acórdão, esse servirá como paradigma para os casos subsequentes, vinculando indiretamente os Tribunais Estaduais e Regionais garantindo assim o maior grau de segurança jurídica possível.

REFERÊNCIAS

AFONSO DA SILVA, José. **Constituição e Segurança Jurídica**. Belo Horizonte: Fórum, 2004.

_____. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 33. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2010.

ALVIM, José Eduardo Carreira. **Teoria Geral do processo**. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

BRASIL. **Constituição**. Brasília: Senado Federal, 1988.



ANAIS DA III JORNADA INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA - FEMA 2011 - ISBN 2177-1103

X Jornada e Mostra de Estudos Jurídicos e Sociais do Curso de Direito

VII Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Administração e de Ciências Contábeis

III Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Serviço Social

III Mostra de Trabalhos de Conclusão de Curso, de Pós-Graduação e de Encontro de Egressos

II Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Gestão de Recursos Humanos

I Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Gestão da Tecnologia da Informação

Faculdades Integradas Machado de Assis - FEMA - Santa Rosa

Unidades I, II e III, de 07 a 12 de novembro de 2011.

A VIOLÊNCIA DO GÊNERO FEMININO E SUA APLICAÇÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ÂMBITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA

Maíza Schuster
Acadêmica do Curso de Direito da FEMA
Clarisse Goulart Nunes (Orientadora)
Prof.^a do Curso de Direito da FEMA

INTRODUÇÃO

O termo gênero é usado para designar características básicas que possuem um determinado grupo ou classe de seres. Para Glaucia Ribeiro Starling Diniz, “[...] gênero é aprendido, transmitido ao longo das gerações e incorporado pelas diversas instituições sociais”. Neste trabalho, ressalta-se que o vocábulo em questão deve ser entendido com a contextualização do que é ser mulher na sociedade.

Entender a violência contra mulher como uma violência de gênero inicia-se a partir da inserção da pessoa no seu primeiro meio social, que é a família, perpassando por outros meios, os quais vão imprimindo noções do que é ser homem e do que é ser mulher, baseando-se nas diferenças biológicas.

O presente estudo tem como objetivo geral abordar a violência contra a mulher como sendo uma violência de gênero, apresentando um breve histórico das conquistas legislativas atentas aos direitos das mulheres. Como objetivos específicos analisar quais são as implicações desta abordagem no que toca as políticas públicas aplicadas na Prefeitura Municipal de Santa Rosa, bem como verificar se esta abordagem foi adotada na Lei Maria da Penha.

Este trabalho justifica-se por investigar a violência contra a mulher como uma violência de gênero e, desta forma, pesquisar na literatura o que tem sido realizado pelas políticas públicas, no que atenta às peculiaridades da mulher em situação de violência.

METODOLOGIA

A presente investigação possui natureza teórica. Quanto à finalidade é explicativa, quanto à coleta de dados é qualitativa e quantitativa, feita a partir da documentação direta e indireta, por intermédio de pesquisa bibliográfica e coleta de dados. Quanto à análise de dados adota o método hipotético-dedutivo, apresentando como métodos auxiliares a pesquisa histórica, estatística e comparativa.

ANÁLISE

O paralelismo masculino e feminino, e a desigualdade entre eles são sustentados por um regime simbólico chamado de patriarcal, no qual o homem é a maior autoridade, devendo as pessoas que não são identificadas fisicamente com ele, isto é, que não sejam também adultos do sexo masculino serem subordinadas, prestando-lhe obediência, gerando relações desiguais e hierárquicas.

Neste contexto, a opressão patriarcal utiliza as diferenças biológicas entre mulheres e homens para determinar papéis sociais e econômicos diferentes, ficando prescrito às mulheres os papéis de realização de atividades domésticas e familiares e aos homens as matérias que envolvem inteligência e força. Tais papéis de gênero são perpetuados e transmitidos ao longo dos tempos através de uma educação sexista.

Pode parecer estranho falar em desigualdades de gênero, na contemporaneidade, tendo em vista a conquista das mulheres em espaços públicos, e, em atividades restritas a homens, contudo tais mudanças não provocaram alterações radicais na socialização de acordo com às prescrições de gênero.

Como expressão destas conquistas, no âmbito legislativo nacional a Lei Maria da Penha, em seu artigo 7º, define as formas de violência, quais sejam: violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. No âmbito nacional constitucionalmente previsto nos artigos 5º, 7º, inciso XX, 201, parágrafo 7º, obteve-se importantes avanços, garantindo igualdade a direitos e obrigações entre homens e mulheres perante a lei. No âmbito da Prefeitura Municipal de Santa Rosa, a estrutura administrativa organiza-se em redes, que atendem conjuntamente à comunidade. Por intermédio do plano de governo municipal há o desenvolvimento de políticas públicas que tem como finalidade coibir a violência contra a mulher.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ações do governo municipal de Santa Rosa que visam à capacitação dos servidores observam a importância de o serviço assistencial estar preparado para receber a mulher em situação de violência, dispensando um tratamento diferenciado, a partir da abordagem da violência contra a mulher como violência de gênero.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília,DF: Senado Federal, 1988.

_____. **Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, "Convenção de Belém do Pará"**. Adaptada em Belém do Pará, Brasil, em 9 de Junho de 1994, no Vigésimo Quarto Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral.

_____. Lei nº11.340, **Lei Maria da Penha**, de 7 de agosto de 2006.

DINIZ, Gláucia Ribeiro Starling. **Condição Feminina - fator de risco para a saúde mental**. In: Escola, saúde e trabalho: estudos psicológicos. Org.M.G.T. Paz & A. Tamayo. Brasília: Universidade de Brasília, 1999. p.p. 181-198.



ANAIS DA III JORNADA INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA - FEMA 2011 - ISBN 2177-1103
X Jornada e Mostra de Estudos Jurídicos e Sociais do Curso de Direito
VII Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Administração e de Ciências Contábeis
III Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Serviço Social
III Mostra de Trabalhos de Conclusão de Curso, de Pós-Graduação e de Encontro de Egressos
II Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Gestão de Recursos Humanos
I Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Gestão da Tecnologia da Informação
Faculdades Integradas Machado de Assis - FEMA - Santa Rosa
Unidades I, II e III, de 07 a 12 de novembro de 2011.

ASSÉDIO MORAL NO AMBIENTE DE TRABALHO

Nélida de Lima Borgmann
Acadêmico do Curso de Direito da FEMA
Daniele Terribile (Orientadora)
Prof.^a Esp. do Curso de Direito da FEMA

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo pesquisar as razões do assédio moral no ambiente de trabalho e suas implicações jurídicas. A delimitação temática volta-se ao estudo do assédio moral no meio ambiente de trabalho em razão provável do abuso de direito em relação ao poder de mando do empregador. Além disso, localizar-se-ão suas implicações decorrentes da lesão ao princípio fundamental da dignidade humana e dos direitos de personalidade do empregado.

METODOLOGIA

O tipo de pesquisa a ser realizada será de natureza teórico-empírica através de uma investigação bibliográfica, compreendendo os materiais disponíveis nos meios físicos e eletrônicos, fazendo um contato imediato com a realidade estudada.

Como método de abordagem será utilizado o hipotético-dedutivo, partindo das hipóteses que foram formuladas, construindo assim um embasamento teórico aprofundado sobre o tema, refutando ou não as hipóteses mediante a análise dos dados.

Como método de procedimento será utilizado os métodos históricos e comparativos. O método histórico tem por objetivo pesquisar a origem da problemática e sua evolução até a atualidade. E o comparativo vem no sentido de analisar as normativas adotadas, a fim de que se possa indicar qual a melhor forma de resolver ou evitar o problema.

Por fim a coleta de dados se dará através de documentação indireta, analisando teses propostas por diversos autores, a fim de que se possa construir um embasamento teórico acerca das hipóteses levantadas.

ANÁLISE

A relação de emprego tem como traço característico o poder de mando do empregador com relação ao seu subordinado (empregado). A subordinação decorre da atividade do empregado, ao prestar serviços ao empregador. Quando o empregador abusa do seu direito de mando, essa relação pode resultar em assédio moral, pois atinge direitos fundamentais da pessoa humana, como por exemplo a dignidade da pessoa humana que está ligada aos direitos de personalidade, como direito à honra, à Liberdade, à imagem, à intimidade, a não discriminação, ao bom nome profissional.

Essa falta de controle do empregador sobre a prerrogativa de mando pode acarretar prejuízos ao empregado, ensejando reparação na esfera civil. Os danos sofridos e que requerem reparação podem ser de ordem moral e dano material, essa indenização é uma das melhores formas de ressarcir e coibir essa afronta ao direito do trabalhador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conclusão da análise desse trabalho é a de que pode ser o abuso em relação ao poder de mando do empregador o causador do assédio moral no ambiente de trabalho e também pode o assédio moral resultar na possibilidade de se ensejar a reparação judicial, através da responsabilização civil.

REFERÊNCIAS

- DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de direito do trabalho**. 4. ed. São Paulo: LTr, 2006.
- GUEDES, Márcia Novaes. **Terror psicológico no trabalho**. 2. ed. São Paulo: LTr, 2004.
- FELKER, Reginald Delmar Hintz. **O dano moral, o assédio moral e o assédio sexual nas relações do trabalho: doutrina, jurisprudência e legislação**. 3. ed. rev. São Paulo: LTr, 2010.
- MARTINS, Sergio Pinto. **Direito do Trabalho**. 25. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de Direito do Trabalho: história e teoria geral do direito do trabalho: relações individuais e coletivas do trabalho**. 19. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2004.
- PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Noções Conceituais sobre o Assédio Moral na Relação de Emprego**. Disponível em: <<http://ww1.anamatra.org.br>>. Acesso em: 18 set. 2011.



ANAIS DA III JORNADA INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA - FEMA 2011 - ISBN 2177-1103
X Jornada e Mostra de Estudos Jurídicos e Sociais do Curso de Direito
VII Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Administração e de Ciências Contábeis
III Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Serviço Social
III Mostra de Trabalhos de Conclusão de Curso, de Pós-Graduação e de Encontro de Egressos
II Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Gestão de Recursos Humanos
I Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Gestão da Tecnologia da Informação
Faculdades Integradas Machado de Assis - FEMA - Santa Rosa
Unidades I, II e III, de 07 a 12 de novembro de 2011.

DESENHOS ANIMADOS E A PRODUÇÃO DA VIOLÊNCIA: UM ESTUDO A PARTIR DA TELEVISÃO BRASILEIRA.

Paulo Henrique Bervian
Acadêmico do Curso de Direito da FEMA
Aline Adams (Orientadora)
Prof.^a Ms. do Curso de Direito da FEMA

INTRODUÇÃO

Diante da influência sofrida pelas crianças em função dos desenhos animados e a violência neles apresentada, surge um questionamento: É necessária a existência de uma legislação para controle dos desenhos animados que possuem algum tipo de violência? Ao se deparar nessa dúvida pressupõem-se a criação e implantação de uma legislação controladora para beneficiar e auxiliar e o desenvolvimento da criança.

A importância desse estudo deve-se ao desenvolvimento das crianças, as quais futuramente serão responsáveis pelos seus próprios atos e mais adiante tornar-se-ão pais e terão que saber como agir perante seus filhos em diversas situações. Para o curso de direito das Faculdades Integradas Machado de Assis se faz necessário este projeto por ser uma área que uma pesquisa relacionada a esse tema. Para o pesquisador a importância desse estudo é pela acessibilidade que as crianças tem aos desenhos animados

METODOLOGIA

A pesquisa terá cunho teórico empírico, pois consistirá em pesquisas bibliográficas juntamente com a pesquisa de campo. Na fase teórica far-se-ão estudos relacionados ao tema para dar um embasamento ao projeto e na fase prática realizar-se-á a coleta de dados através de um formulário que constará o canal dos desenhos animados, qual o tipo de violência, sua frequência e o horário da programação de desenhos.

O tratamento de dados será quantitativo, sendo que o levantamento de dados e a construção da tabela será feito em um período de 30 (trinta) dias. Após a coleta das informações será feita uma análise dos resultados obtidos e buscar-se-á a realização de uma comparação dos mesmos com os resultados encontrados referentes à pesquisa de qual desenho animado as crianças, do município de Giruá, interior do estado do Rio Grande do Sul, mais gostam.

ANÁLISE

BARBOSA (2003) relata que cerca de 89% das habitações brasileiras possuem a televisão como principal meio de informação e entretenimento, sendo que o público infanto-juvenil passa, em média, três horas e meia diante da televisão diariamente.

Essa pesquisa serve como alerta para a sociedade brasileira, pois Huesmann (1986), diz que “os hábitos agressivos parecem ser aprendidos cedo na vida, são resistentes à mudanças e predizem um comportamento anti-social adulto sério. Se a

observação da violência nos meios de comunicação, por uma criança, promover a aprendizagem de hábitos agressivos, isto pode ter conseqüências prejudiciais durante toda a vida.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Guilherme Orozco Gomes (1993) afirma que “A interação entre a criança e a televisão é extremamente complexa. O processo de recepção da televisão é intermediado por uma enorme gama de fatores. Capturar, compreender, além de prever e explicar esse processo, permanecerá como um desafio maior para os pesquisadores de televisão.” Segundo Juan Antonio Gaitan “as interações familiares, e não a mídia de massa permanecem sendo os fatores de maior importância no desenvolvimento infantil.”

Portanto, a pesquisa não está concluída para poder avaliar o real parecer dessa situação, porém pode destacar que é necessário verificar a influência das crianças perante os desenhos animados e encontrar a solução para a questão: como unificar a liberdade de expressão, estabelecida no artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos e no artigo 13 da Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança, com métodos de combate a violência e o sexo na mídia (Yushkiavitshus, 1999).

REFERÊNCIAS

BARBOSA, B. **TV brasileira faz mal ao público infanto-juvenil**. 14/12/2003. Disponível em www.aurora.ufsc.br.

CORDELIAN, W; GAITAN, Juan Antonio; GOMES, Guilherme Orozco. 1993. A televisão e as Crianças. Revista: **Tendência da Pesquisa em Comunicação** do Centro para o Estudo da Comunicação e Cultura, da Universidade de St. Louis, EUA, vol.04 Ed. William E. Biematzki, S.J. Trad. **Comunicação & Educação**.

HUESMANN, L. R. (1986). **Psychological process promoting the relation between exposure to media violence and aggressive behavior by the viewer**. *Journal of Social Issues*, 42, 125-139.

YUSHKIAVITSHUS, H. **Crianças, Mídia e Violência**. Em Ulla Carlsson & Cecilis Von Feilitzen (orgs.) *A criança e a violência na mídia*. Cortez Editora: Brasília: Brasil, pp 15-16, 1999.

DISCRIMINAÇÃO HOMOSSEXUAL NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Amanda Soares da Silva Mattos
Acadêmico do Curso de Direito da FEMA
Daniele Terribile (Orientadora)
Prof.^a Esp. do Curso de Direito da FEMA

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo pesquisar a discriminação homossexual nas relações de trabalho.

A discriminação é uma prática existente no ambiente de trabalho. Nesse sentido, o presente trabalho busca entender a discriminação homossexual na relação de trabalho, quais direitos do trabalhador são lesados em consequência dessa prática, e como se dá a reparação na esfera judicial.

METODOLOGIA

A pesquisa a ser realizada será de natureza teórico-empírica, que se efetiva em uma investigação bibliográfica, compreendendo os materiais disponíveis nos meios físicos bem como a coleta de dados nos meios eletrônicos, fazendo com que o pesquisador tenha contato mediato com a realidade estudada, podendo-se valer de documentos, de comentários e escritos, da literatura sobre o tema.

ANÁLISE

Relação de emprego é o vínculo obrigacional que une, reciprocamente, o trabalhador e o empresário, subordinando o primeiro às ordens legítimas do segundo.

A característica essencial está em que o trabalhador presta serviços, por força da relação de emprego, subordinado às ordens do empregador. No ambiente de trabalho, por vezes, ocorrem determinadas discriminações. Uma forma característica desse evento é a por opção sexual.

Nesse contexto, toda vez que ocorre essa forma de discriminação, o princípio da dignidade humana do trabalhador é lesado. Referido princípio chega ao ápice no ordenamento jurídico com a Constituição Federal de 1988, configurando base de todos os direitos constitucionais.

Os direitos e garantias fundamentais são decorrentes da dignidade humana, inclusive os positivados como Direitos Sociais. É no art. 1º, III, que se encontra o referido Princípio, positivado como Fundamento da República Federativa do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema torna-se relevante e necessário de maior análise pelo fato do preconceito e discriminação ainda configurarem uma prática no ambiente de trabalho.



ANAIS DA III JORNADA INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA - FEMA 2011 - ISBN 2177-1103

X Jornada e Mostra de Estudos Jurídicos e Sociais do Curso de Direito
VII Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Administração e de Ciências Contábeis
III Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Serviço Social
III Mostra de Trabalhos de Conclusão de Curso, de Pós-Graduação e de Encontro de Egressos
II Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Gestão de Recursos Humanos
I Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Gestão da Tecnologia da Informação
Faculdades Integradas Machado de Assis - FEMA - Santa Rosa
Unidades I, II e III, de 07 a 12 de novembro de 2011.

Por se caracterizar conduta lesiva, que sua repetição ou sistematização, atentam contra a dignidade e os direitos de personalidade do trabalhador, degradando o meio ambiente de trabalho.

Importante se faz criar uma base em um estudo esclarecedor, que possibilite aos homossexuais defenderem-se desse mal por vezes presente no meio ambiente de trabalho – a tão retrógrada discriminação.

REFERÊNCIAS

RUSSOMANO, Victor Mozart. **Curso de Direito do Trabalho**. Curitiba: Juruá Editora, 2009.

BOBBIO, Norberto. **Teoria Geral da Política**. A Filosofia Política e as Lições dos Clássicos. Tradução: Daniela Beccaccia Versiani. Rio de Janeiro: Campus, 2000

SARLET, Ingo Wolfgang. **O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana e os Direitos Fundamentais**. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.



ANAIS DA III JORNADA INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA - FEMA 2011 - ISBN 2177-1103
X Jornada e Mostra de Estudos Jurídicos e Sociais do Curso de Direito
VII Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Administração e de Ciências Contábeis
III Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Serviço Social
III Mostra de Trabalhos de Conclusão de Curso, de Pós-Graduação e de Encontro de Egressos
II Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Gestão de Recursos Humanos
I Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Gestão da Tecnologia da Informação
Faculdades Integradas Machado de Assis - FEMA - Santa Rosa
Unidades I, II e III, de 07 a 12 de novembro de 2011.

JUSTIÇA RESTAURATIVA COMO FORMA ALTERNATIVA DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS DOS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI

Januário do Calmo de Vargas
Acadêmico do Curso de Direito da FEMA
Aline Adams (Orientadora)
Prof.^a Ms. do Curso de Direito da FEMA

INTRODUÇÃO

A temática do presente trabalho trata sobre uma nova forma de justiça que é denominada Justiça Restaurativa. A importância de se realizar este estudo é mostrar uma possível aplicação deste novo meio de Justiça nas escolas para a resolução dos conflitos (Bullying) e no próprio Juizado da Infância e Juventude das Comarcas, para dirimir os conflitos envolvendo os adolescentes em conflito com a lei. Pelo fato de sempre nos preocuparmos com as situações de delinquência e de punições de adolescentes, resultando em crises sociais, percebemos que, em pequenos delitos é possível, sim, de forma harmônica e pacífica trazer a vítima e o ofensor para um mesmo espaço e sem a “interferência” de juiz, promotor de justiça e demais figuras do judiciário para a resolução do conflito e a reparação do dano.

Com o passar da história vem-se pensando em várias alternativas de ressocialização dos adolescentes em conflito com a lei, e, uma forma branda de tentar amenizar o sofrimento tanto do autor da infração quanto da vítima, seria por meios dos círculos restaurativos. A Justiça Restaurativa permite que a sociedade participe das práticas comunitárias de justiça.

A Justiça Restaurativa é segura, uma vez que trata de forma diferenciada os envolvidos num crime em questão, pois, o adolescente terá a oportunidade de se retratar perante a vítima e também de reparar o dano que causou a vítima, diferente do que acontece na justiça tradicional.

METODOLOGIA

O método de abordagem será o hipotético-dedutivo, visto que, se partirá de argumentos gerais já conhecidos para particulares, com a escolha de proposições hipotéticas.

Como método de procedimento, adotar-se-á o comparativo e o histórico, haja vista que será realizada uma análise comparativa na forma de Justiça Restaurativa e na justiça convencional para com os adolescentes em conflito com a lei, não estando desfigurada uma abordagem histórica. Serão utilizados os seguintes métodos de procedimento: o histórico e o comparativo.

ANÁLISE

A Justiça Restaurativa, não só realiza os direitos humanos enquanto garantia de liberdade e igualdade dos indivíduos, como também dá autonomia aos atores, reconhecendo suas vontades e direitos, de forma a concretizar um espaço democrático, aberto ao diálogo e ao consenso em benefício da sua sociedade como um todo, legitimando assim, a plena cidadania que cada um possui. A propositura da

Justiça Restaurativa será a de resgatar a figura da vítima não apenas como protagonista da pretensão de punição, mas sim, como um participante ativo, senão, isso seria o mesmo que retornar a vingança privativa.

Destaca-se ainda, que a figura da Justiça Restaurativa tem por principal finalidade a busca pela reparação os danos causados às vítimas e a procura pela responsabilização pelo dano ao adolescente que cometeu o ato infracional. Sendo esta a forma mais justa de responsabilizar um adolescente, refere-se, ainda, que é a oportunidade que existe do autor do ato infracional ser reintegrado na sociedade através do método círculo - diálogo e não uma internação em casa que abrigam adolescente em conflito com a lei,

A proposta da Justiça Restaurativa eu uma mudança de foco de foco: a questão central, ao invés de versar sobre culpados, é sobre quem foi prejudicado pelo fato.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo de Justiça Restaurativa tem por finalidade buscar um fim mais coerente com a problemática original enfocada.

A Justiça Restaurativa é uma aproximação privilegiadora de toda a forma de ação, individual ou coletiva, visando assim, corrigir as consequências vivenciadas por ocasião de uma infração, a resolução de um conflito ou a reconciliação das partes ligadas a este.

As práticas restaurativas se dão numa linha de solução pacífica de diálogo do conflito por aqueles direta e indiretamente interessados, não se tratando de uma nova dimensão de resolução, porém, a recuperação de uma dimensão perdida.

A Justiça Restaurativa se coloca como uma urgência de crítica no próprio interior do Sistema Convencional instituído, ou seja, complementando-o, contribuindo para a qualificação e humanização das práticas estabelecidas. A Justiça Restaurativa não apenas se reduz a um encontro entre: a vítima, o ofensor e os demais envolvidos, mas sim, em uma concepção de justiça que resplandece numa nova ética que visa à responsabilização, conduzindo-se pelos princípios do diálogo, da participação e da transformação fragilizadas por situações provenientes dos conflitos e violências.

REFERÊNCIAS

KONZEN, Afonso Aramando. *Justiça Restaurativa e Ato Infracional: desvelando sentido no itinerário da alteridade*. Porto Alegre, Livraria do Advogado Editora, 2007.

MACHADO, Cláudia (Org). Porto Alegre, Prefeitura municipal de Educação. **Cultura de paz e Justiça Restaurativa nas Escolas Municipais de Porto Alegre**. Porto Alegre. Secretaria Municipal de Educação, 2008.



ANAIS DA III JORNADA INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA - FEMA 2011 - ISBN 2177-1103
X Jornada e Mostra de Estudos Jurídicos e Sociais do Curso de Direito
VII Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Administração e de Ciências Contábeis
III Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Serviço Social
III Mostra de Trabalhos de Conclusão de Curso, de Pós-Graduação e de Encontro de Egressos
II Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Gestão de Recursos Humanos
I Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Gestão da Tecnologia da Informação
Faculdades Integradas Machado de Assis - FEMA - Santa Rosa
Unidades I, II e III, de 07 a 12 de novembro de 2011.

MONITORAMENTO AUDIOVISUAL NO AMBIENTE DE TRABALHO: PRERROGATIVAS DO EMPREGADOR VERSUS VIOLAÇÃO DA DIGNIDADE E DA INTIMIDADE DO TRABALHADOR.

Cristina Käfer
Acadêmico do Curso de Direito da FEMA
Daniele Regina Terribile (Orientadora)
Prof.^a Esp. do Curso de Direito da FEMA

INTRODUÇÃO

Entre as novas tecnologias desenvolvidas para aprimorar a segurança pessoal e patrimonial, o monitoramento audiovisual representa uma valiosa técnica, sendo utilizada em diversos locais, públicos ou privados, como nas ruas, nas instituições financeiras, nas residências e dentro dos presídios, inclusive, vem sendo amplamente usado no ambiente de trabalho. Neste último caso, o monitoramento audiovisual constitui uma prerrogativa do poder diretivo do empregador. Contudo, o emprego inadequado das câmeras pode ensejar violações à dignidade humana do trabalhador, ferindo a moral deste quando sua imagem e sua intimidade são expostas de forma inadequada.

METODOLOGIA

A pesquisa para a elaboração do presente trabalho foi teórica de cunho qualitativo, sendo utilizado o método de abordagem hipotético dedutivo. Auxiliou na condução da pesquisa o método de procedimento comparativo. Por sua vez, a coleta de dados foi bibliográfica por meio de livros, bem como documental através de julgados oriundos dos Tribunais Regionais do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho.

ANÁLISE

De um lado da moeda encontra-se o poder diretivo conferido ao empregador o qual decorre da previsão instituída no art. 2º da CLT. Do outro, estão os direitos de personalidade, dentre eles o direito a intimidade e a imagem e o princípio constitucional da dignidade humana.

A jurisprudência majoritária tem firmado posicionamento no sentido de considerar lícito o uso de câmeras de vigilância, desde que o monitoramento não compreenda o vestiário, a saída dos banheiros sanitários, situações em que restariam violados os direitos à personalidade do empregado, ensejando a indenização pelo dano cometido a estes.

O julgado que mais se aproximou ao propósito do presente estudo, foi o do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª região, posto que analisou com muita serenidade os direitos da personalidade do trabalhador, considerando que não resta violada a dignidade do trabalhador apenas nos locais mencionados pela jurisprudência majoritária, mas também quando o monitoramento não observa a finalidade a que se propõe e quando é utilizado de forma abusiva, monitorando de qualquer forma os empregados no desempenho de suas atividades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O monitoramento audiovisual no ambiente de trabalho constitui um tema polêmico, pois, pode implicar em choque de interesses dos empregadores com os direitos dos trabalhadores. O ambiente de trabalho constitui um campo fértil para o dano moral, em decorrência da complexidade das relações de trabalho e de suas características que podem propiciar lesões a personalidade do trabalhador. Considerando que atualmente o monitoramento audiovisual também está incutido no ambiente laboral, é de grande relevância o estudo da relação do emprego dessa técnica com o instituto do dano moral.

Assim, merece o tema especial atenção, não podendo mais o legislativo manter-se omissivo e o judiciário eximir-se da observância dos princípios constitucionais na solução dos desentendimentos que surgirem referentes ao tema.

REFERÊNCIAS

BARROS, Alice Monteiro. **Proteção e Intimidade do Empregado**. São Paulo: LTr, 1997.

CASSAR, Vólia Bomfim. **Direito do Trabalho**. 3 ed. Niterói: Impetus, 2009.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Iniciação ao Direito do Trabalho**. 34 ed. São Paulo: LTr, 1997.

SACHES, Gislaine A. **Dano Moral e suas Implicações no Direito do Trabalho**. São Paulo: LTr, 1997.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 2 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.



ANAIS DA III JORNADA INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA - FEMA 2011 - ISBN 2177-1103
X Jornada e Mostra de Estudos Jurídicos e Sociais do Curso de Direito
VII Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Administração e de Ciências Contábeis
III Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Serviço Social
III Mostra de Trabalhos de Conclusão de Curso, de Pós-Graduação e de Encontro de Egressos
II Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Gestão de Recursos Humanos
I Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Gestão da Tecnologia da Informação
Faculdades Integradas Machado de Assis - FEMA - Santa Rosa
Unidades I, II e III, de 07 a 12 de novembro de 2011.

O PAPEL DA TRIBUTAÇÃO NA SOCIEDADE DE CONSUMO

Eduardo Meyer Mendes
Prof. Esp. do Curso de Direito da FEMA

INTRODUÇÃO

A atual sociedade está mergulhada no consumismo excessivo, e sem precedentes na história da humanidade, dada a sua atual dimensão, ou seja, nunca se consumiu tanto. O problema que surge é o impacto ambiental advindo de tal excesso. O centro do debate aqui proposto é a utilização de mecanismos de natureza tributária, mais precisamente do instrumento da extrafiscalidade, a fim de auxiliar na regulação de condutas e práticas que conduzam a uma maior consciência e racionalidade do consumo, visando à proteção da natureza.

METODOLOGIA

O estudo realizado tem natureza teórica, tendo objetivos exploratórios e descritivos. O desenvolvimento da pesquisa é de caráter qualitativo, uma vez que abrange pesquisas bibliográficas, com vistas à aplicação do método de abordagem dialético.

ANÁLISE

A cultura que permeia à atual sociedade é a “cultura do consumo”, sendo que um dos maiores fatores da estratificação social é o desempenho do consumidor, ou seja, quanto mais o ser humano tem, ou representa que tem, mais é reconhecido e incluído nessa sociedade. De outro lado, quanto menor o desempenho, mais o ser humano são excluídos dessa mesma sociedade. Na sociedade de consumidores, o que se busca é a satisfação do desejo momentâneo, que vai se diversificando, e mudando com uma velocidade espantosa, na sociedade moderna líquida. Assim, se constrói uma visão para os fatos momentâneos, e pela sua efemeridade, a cada semana, surgem novos produtos e desejos. É a lógica do descartar e do substituir.

O aumento do consumo tem um inegável impacto ambiental, dentre outras razões, as mercadorias produzidas e consumidas, com menor ou maior grau, retiram uma fatia do meio ambiente, seja através do consumo de energia e na emissão de gases poluentes para sua produção e circulação, ou ainda, na própria matéria prima utilizada, que provem da natureza. Importante destacar que não se pode ignorar o fato do ser humano também fazer parte da natureza, ou seja, no instante em que esse mesmo ser agride o meio ambiente, está se auto-flagelando.

No que se refere a tributação, cumpre esclarecer que o tributo não é um fim em si mesmo, ou seja, é, na verdade, um instrumento para a consecução de uma finalidade, como, por exemplo, a implementação dos direitos fundamentais. Nessa linha de raciocínio, pensamos que a criação de novos tributos, não deve ser o foco no auxílio da resolução do problema, pelo contrário, tão-somente, serviriam para deixar ainda mais extenso e complexo o sistema tributário brasileiro. Passa-se a uma segunda hipótese, que é a utilização de alguns tributos já existentes,

entretanto, em sua forma extrafiscal. Nesse sentido, o tributo busca a regulação de condutas, inclusive no campo ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O consumo exacerbado, além de trazer sérios problemas psíquicos às pessoas, bombardeadas por sensações de angustias e frustrações, traz também o problema do impacto ambiental, haja vista que é irrefutável o fato de que o aumento do consumo degrada em maior grau o meio ambiente, quanto mais, se pensarmos que a maior produção e comercialização dos produtos se dá de forma agressiva à natureza.

Dentro desse quadro, é medida de urgência que se busquem alternativas para a racionalização do consumo, sendo que no presente estudo, as mesmas foram buscadas no âmbito do sistema tributário pátrio. Nesse sentido, pode-se considerar que a tributação pode ser um importante mecanismo de proteção do meio ambiente, desde que utilizado de forma planejada e dentro dos reais interesses da coletividade.

Ainda, pode-se dizer que são vários os meios de sua utilização, em especial através do mecanismo da extrafiscalidade, cuja finalidade precípua no aumento, redução parcial ou total do tributo, é regular e estimular condutas dos contribuintes, no sentido de que esses, adotem um consumo racional, atento à natureza. Ademais, pondera-se que o instrumento tributário é apenas um, dentre tantos que o Poder Público tem a sua disposição, para cumprir o disposto na Constituição Federal, e mais do que isso, atender à ética ambiental.

Por fim, importante aqui frisar que o objetivo do presente estudo não é condenar toda a espécie de aquisição de bens, mas sim, como já dito, de repensar as nossas práticas, seja por um impulso governamental, como no caso em estudo, seja pela tão esperada conscientização.

REFERÊNCIAS

BAUMAN. Zygmunt. **A vida para o consumo**: As pessoas transformadas em mercadorias. [Trad. Carlos Alberto Medeiros]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2008.

_____, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. [Trad. Carlos Alberto Medeiros]. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BECHO, Renato Lopes. **Filosofia do Direito Tributário**. São Paulo: Saraiva, 2009.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 25^a ed. São Paulo: Malheiros, 2010.



ANAIS DA III JORNADA INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA - FEMA 2011 - ISBN 2177-1103
X Jornada e Mostra de Estudos Jurídicos e Sociais do Curso de Direito
VII Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Administração e de Ciências Contábeis
III Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Serviço Social
III Mostra de Trabalhos de Conclusão de Curso, de Pós-Graduação e de Encontro de Egressos
II Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Gestão de Recursos Humanos
I Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Gestão da Tecnologia da Informação
Faculdades Integradas Machado de Assis - FEMA - Santa Rosa
Unidades I, II e III, de 07 a 12 de novembro de 2011.

O RECONHECIMENTO DA IDENTIDADE MULTICULTURAL DIANTE DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Rosângela Angelin

Prof.^a Dr.^a do Curso de Direito da FEMA e do Curso de Mestrado e de Graduação em Direito da URI - Santo Ângelo

INTRODUÇÃO

Tanto a sociedade, quanto intelectuais das mais variadas áreas do conhecimento têm se atido com muita ênfase, nos últimos períodos, a questão acerca do multiculturalismo, sob o enfoque da garantia ao respeito à diversidade cultural e seu reconhecimento, principalmente quando se trata de minorias discriminadas. Junto a esse debate associa-se a necessidade da tutela da *dignidade humana* para que as diversas culturas possam atingir o patamar de uma vida com mais qualidade. Porém, ao adentrar-se por estes caminhos, surgem inúmeros questionamentos. Um dos principais versa sobre até que ponto uma cultura pode intervir sobre outra se utilizando da prerrogativa de estar buscando a proteção e promoção da *dignidade* da espécie humana. Sendo assim, diante a presente pesquisa pretende abordar aspectos da construção da identidade cultural, bem como analisar a *dignidade da pessoa humana* sob um olhar multicultural, tentando responder o questionamento acima exposto.

METODOLOGIA

A presente pesquisa abrange uma natureza teórico, tendo objetivos exploratórios e descritivos. O desenvolvimento da pesquisa é de caráter qualitativo, uma vez que abrange estudos bibliográficos e de caso, buscando aplicar o método de abordagem dialético.

ANÁLISE

O ser humano, no decorrer da evolução da espécie, tem se adaptado ao meio ambiente e transformado este. Porém, mais importante do que isso é considerar que as pessoas são seres sociais e, que esta adaptação ao mundo depende das relações construídas por esta espécie que necessita, impreterivelmente, de seu grupo para se humanizar. A vida em sociedade pressupõe que sejam efetivados alguns acordos no grupo social para que o cotidiano seja mais organizado e as relações entre os seus membros, mais tranqüila e possa gerar avanços.

Nesse contexto, surgem as regras sociais, atualmente chamadas de ordenamento jurídico, que tem como função, regular as relações sociais, elencar direitos, criar garantias e obrigações para um povo que vive em um determinado território, bem como servem para limitar o poder soberano do Estado de Direito. A cultura de um povo, sua forma de ver o mundo e de construir suas relações sociais de poder determinam como será o ordenamento jurídico de um Estado.

Assim são reconhecidas as identidades e o reconhecimento dessas, bem como o respeito às mesmas, incluindo suas diferenças, se faz imprescindível num contexto multicultural de promoção da *dignidade da pessoa humana*, valor este

apregoadado pela maioria dos Estados de Direito. Ao processo de debate de reconhecimento de *identidades* se associa um elemento bastante importante e que, segundo apregoadado pela maioria das doutrinas sociais e jurídicas, perpassa, ou deveria perpassar qualquer cultura ou debate: a *dignidade da pessoa humana*.

Dessa forma, por apresentar traços que perpassam várias culturas a *dignidade da pessoa humana* é considerada um direito universal, reivindicado por todos os povos. Importante se faz, nesse debate, ponderar a *dignidade da pessoa humana* diante do multiculturalismo, visto que, cada povo, possui uma forma diferente de manifestação cultural e, portanto, de valores diante da vida e da sociedade que influenciam no seu modo de comportamento e no ordenamento jurídico. Assim, a questão posta chama a reflexão se os direitos humanos são direitos válidos para todos os povos e se, em nome da cultura, pode-se ou não transpor

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção da *identidade* respeitando as *diferenças* é um processo bastante complexo, principalmente se considerado que a tendência da maioria dos grupos sociais é a de “colonizar” o outro, buscando criar uma “monocultura”, inclusive no que se refere ao conceito de *dignidade humana*. Para isto, o contexto social e o poder imbuído nas relações sociais do capitalismo vigente tem se encarregado de forma bastante incisiva, de hierarquizar as *identidades* combatendo as *diferenças* e buscando “unificar” mundialmente sua cultura de dominação e subordinação da maioria dos povos.

Esses sistemas de poder abrangem as escolas, as igrejas, universidades e, inclusive o Estado de Direito. Por serem as *identidades* produto das relações sociais entre os indivíduos e de poder e, pelo fato do ordenamento jurídico influenciar na construção das *identidades*, muitas vezes discriminatórias, torna-se imprescindível, reconhecer as *identidades* dentro das diversas culturas e respeitá-las. Nesse sentido, se faz presente a alteridade como um instrumento importante a ser considerado no ato de se colocar no lugar da outra pessoa na relação intercultural, compreendendo “o outro” na plenitude de suas diferenças e intervindo, de forma solidária à grupos de resistência existentes, quando a *dignidade humana* for lesada.

Busca pela *dignidade da pessoa humana* na sociedade multicultural pode ser viabilizada através dos Direitos Humanos e Fundamentais, perpassando também pelo caminho da democracia, garantindo que cidadãos e cidadãs possam decidir sobre as políticas públicas, criação de leis e outras decisões do Estado que influenciam na qualidade de vida.

REFERÊNCIA

BERTAZO, João Martins, GAGLIETTI, Mauro e FORMAGINI, Natália. Os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. In: ANDRADE, Jair e REDIN, Giuliana (Orgs.). **Múltiplos olhares sobre os Direitos Humanos**. Passo Fundo: Ed. IMED, 2008.



ANAIS DA III JORNADA INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA - FEMA 2011 - ISBN 2177-1103
X Jornada e Mostra de Estudos Jurídicos e Sociais do Curso de Direito
VII Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Administração e de Ciências Contábeis
III Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Serviço Social
III Mostra de Trabalhos de Conclusão de Curso, de Pós-Graduação e de Encontro de Egressos
II Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Gestão de Recursos Humanos
I Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Gestão da Tecnologia da Informação
Faculdades Integradas Machado de Assis - FEMA - Santa Rosa
Unidades I, II e III, de 07 a 12 de novembro de 2011.

SAÚDE OCUPACIONAL, TRANSDISCIPLINARIDADE E DIREITO DO TRABALHADOR.

Daniele Regina Terribile
Prof.^a Esp. do Curso de Direito da FEMA

INTRODUÇÃO

A análise da saúde do trabalhador por meio da superação da pesquisa disciplinar de um único e mesmo nível de realidade pela combinação provocada pela ação de vários níveis de realidade simultaneamente permite o entendimento multidimensional da complexidade relativa às doenças ocupacionais. A compreensão das transformações ocorridas no modo de produção e das conseqüências refletidas no ambiente de trabalho faz-se necessária a tutela da saúde do trabalhador. Ainda, a inclusão dos conhecimentos da engenharia e medicina no ambiente laboral autorizou a classificação quantitativa e qualitativa dos diversos agentes que o compõe. Desse modo, a saúde do trabalhador é analisada através de conhecimentos que ultrapassaram as disciplinas originariamente envolvidas, autorizando a compreensão do processo de exposição do trabalhador às moléstias e as necessárias medidas preventivas.

OBJETIVOS

Analisar a transdisciplinaridade no meio ambiente de trabalho frente à globalização e o desenvolvimento econômico, bem como considerar o ambiente de trabalho e a transdisciplinaridade como a tutela à saúde do trabalhador

METODOLOGIA

A metodologia é teórica, qualitativa e, de acordo com os fins, a pesquisa é exploratória e explicativa. Como método de abordagem utiliza-se o dedutivo.

ANÁLISE

As transformações ocorridas no modo de produção e das conseqüências refletidas no ambiente de trabalho produzem efeitos sobre a saúde do trabalhador, o que requer uma análise por meio da superação da pesquisa disciplinar de um único e mesmo nível de realidade.

Desse modo questiona-se se o entendimento multidimensional da complexidade relativa às doenças ocupacionais, ultrapassando as disciplinas originariamente envolvidas, autoriza a compreensão do processo de exposição do trabalhador às moléstias e as necessárias medidas preventivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A visão transdisciplinar unifica o entendimento sobre a complexidade do tema doenças ocupacionais ao possibilitar a reunião das diferentes disciplinas, eliminando todo e qualquer processo de homogeneização a um único nível de realidade e a um único nível de entendimento.

Compreender as transformações ocorridas no meio ambiente de trabalho através da análise do processo de globalização e desenvolvimento econômico permite, simultaneamente, a organização do pensamento para que, em contrapartida aos malefícios gerados, novos rumos para a saúde do trabalhador efetivem-se.

Nesse aspecto é possível, inclusive, constatar o entendimento de saúde ocupacional além de um único nível de realidade, através da inclusão das áreas do Direito Sanitário e Direito Ambiental no Direito do Trabalho, Seguridade Social e nas portarias que regulam a matéria.

Portanto, através da lógica do terceiro incluído, é possível evidenciar que o aparato de promoção a salubridade do ambiente de trabalho e prevenção a doenças ocupacionais ultrapassa a visão do nível único, do unidimensional, para promoção da saúde em nível multidimensional.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992

BOLIS, Mónica. **O Regulamento Internacional da Saúde**. In: Revista de Direito Sanitário. Vol 4. São Paulo: LTR, 2003

CARRION, Valentin. **Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho**. São Paulo: Saraiva, 1997.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999

FIGUEIREDO, Guilherme José Pavin de. **Meio Ambiente**. In: Revista de Direito Sanitário. Vol 4. São Paulo: LTR, 2003

_____. **Direito ambiental e a saúde dos trabalhadores**. 2ª. ed., São Paulo, LTr, 2007

KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Tradução de Leopoldo Holzbach. São Paulo: Martin Claret, 2006

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo: Saraiva: 1997.

NICOLESCU, Basarab. *A Prática da Transdisciplinaridade*. In: Educação e Transdisciplinaridade. Tradução de Judite Vero, Maria F. de Mello e Américo Sommerman. Brasília: UNESCO, 2000.

LIDERANÇA

Bruna Kliemann
Simoni Fischer
Acadêmicas do Curso de Administração da FEMA
Betina Beltrame (Orientadora)
Prof.^a do Curso de Administração da FEMA

INTRODUÇÃO

No decorrer dos anos, a maneira de trabalhar em uma organização evoluiu, incluindo a gestão de pessoas, já que a liderança, muitas vezes, tem sido utilizada como chave para o sucesso e a excelência. Vista ao longo das décadas em figuras históricas, a liderança possui vários estilos, e cada um deles varia de acordo com cada empresa, e com as pessoas. Em um mundo rodeado de tantas incertezas e mudanças, não só no ambiente organizacional, mas também no comportamento humano, o líder torna-se a peça fundamental em uma organização, já que é uma figura de destaque, sendo um dos responsáveis pela tomada de decisões e tem como função inspirar e motivar os talentos humanos.

Com a velocidade e intensidade das mudanças, as organizações precisam de pessoas que saibam conduzi-la ao rumo certo dessas mudanças, e neste ponto o papel do líder é fundamental, já que ele deve estar preparado para lidar em ambientes dinâmicos. Sendo o líder um mentor, é necessária a capacidade de motivar, e também de mobilizar, pois é preciso que os seguidores aceitem suas ideias e propostas.

METODOLOGIA

Este artigo tem por finalidade buscar suportes teóricos que contribuam na construção do pensamento sobre liderança, conceito este, muito visado hoje dentro das organizações que primam pela excelência e qualidade, em razão da velocidade e complexidade das mudanças. Para tanto, buscou-se investigar conceitos sobre: liderança, características pessoais de um líder, o ambiente organizacional e quais as diferenças entre líder e administrador, analisando a importância do fator liderança dentro das organizações. Para a realização deste estudo foram utilizadas referências bibliográficas dos mais diversos autores, estando entre os principais Chiavenato (2003), Maximiano (2004) e Vergara (2009).

DISCUSSÕES

Buscou-se conceituar a liderança, sendo ela formada por pessoas que abracem uma causa e a tornem realidade, lidem com o inesperado e as contradições. Sendo considerada como uma relação entre o líder e seus seguidores, em busca de um objetivo em comum (Chiavenato, 2003). É também uma habilidade pessoal ou um processo interpessoal dentro de um contexto complexo. (Maximiano,

2004). Abordaram-se também as características dos líderes, estando entre elas a eficiência, as habilidades e a motivação. Sendo necessárias atitudes que influenciem os demais, possuir empatia, depositar confiança no que irá fazer e ter sempre um objetivo bem definido (Vergara, 2009). Quanto aos traços comuns de personalidade não existe conclusão definida, pois as características variam de pessoa para pessoa, não existindo nenhuma característica que defina a pessoa do líder (Maximiano, 2004).

Ao falar em liderança não se pode deixar de falar no ambiente organizacional, que deve sempre apoiar e subsidiar o líder a fim de que este desenvolva da melhor maneira esta característica. Devendo existir um ambiente onde os colaboradores se sintam mais à vontade para a realização das tarefas e se adaptem da melhor forma possível às mudanças do ambiente. Por fim, abordou-se a diferenciação do líder e do administrador, que muitas vezes é confundido. O líder deve saber lidar com mudanças, desafios e sujeitar-se a altos riscos, sabendo lidar com os conflitos e delegar as tarefas para cada indivíduo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além de adquirir a habilidade de lidar com uma economia que há muito tempo não respeita as fronteiras geográficas, um líder deve ser consciente de que cada pessoa é um conjunto integrado, com necessidades físicas, intelectuais, emocionais e espirituais. E não somente compreender que estas necessidades existem, mas contribuir, no uso de seu papel de líder, para que elas se realizem.

Administradores, peças essenciais em uma organização, terão que aprender a interpretar as pessoas como recursos e oportunidades, em vez de problemas, gastos e ameaças. Também deve aprender a liderar e não a administrar, e orientar em lugar de reaprender. Quanto às dificuldades, um dos maiores problemas encontrados é a resistência ao trabalho em equipe, que ainda existe e dificulta o alcance de objetivos.

REFERÊNCIAS

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Teoria Geral da Administração: Da revolução urbana à revolução digital**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

VERGARA, Sylvia Constant. **Gestão de Pessoas**. 8. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.



ANAIS DA III JORNADA INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA - FEMA 2011 - ISBN 2177-1103
X Jornada e Mostra de Estudos Jurídicos e Sociais do Curso de Direito
VII Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Administração e de Ciências Contábeis
III Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Serviço Social
III Mostra de Trabalhos de Conclusão de Curso, de Pós-Graduação e de Encontro de Egressos
II Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Gestão de Recursos Humanos
I Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Gestão da Tecnologia da Informação
Faculdades Integradas Machado de Assis - FEMA - Santa Rosa
Unidades I, II e III, de 07 a 12 de novembro de 2011.

MANTENDO PESSOAS: SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO COMO AGENTES DE RETENÇÃO.

Flaviani Souto Bolzan Medeiros
Ivan Scheffelbein
Márcia Segabinazzi
Acadêmicos do Curso de Administração da UNIFRA
Elio Sergio Denardin (Orientador)
Prof. Ms. do Curso de Administração da UNIFRA

INTRODUÇÃO

A saúde e segurança no trabalho, além de ser uma conduta preventiva, estão sendo vistas na atualidade como ponto fundamental na produtividade. Estudos realizados apontam que o padrão de adoecimento dos trabalhadores está estreitamente relacionado ao modo de organização e de realização do seu trabalho. Esta situação se vê agravada no contexto das grandes e profundas transformações pelas quais passa a economia, implicando, para as empresas, reestruturação dos processos de trabalho, inovações de base tecnológica e novos modelos de gestão organizacional.

Tendo em vista um estudo sobre a questão da saúde e segurança no trabalho, a presente pesquisa tem como problemática responder a seguinte questão: Como os fatores relacionados à saúde e segurança no trabalho podem influenciar na atuação do funcionário em uma empresa? Para isso, definiu-se como objetivo geral: identificar as medidas adotadas em uma empresa de sistemas de alarme e monitoramento referentes à saúde e segurança no trabalho dos seus colaboradores.

Este trabalho justifica-se pela sua relevância no sentido de que os acidentes de trabalho afetam a produtividade e são responsáveis por um impacto substancial sobre o sistema de proteção social, além de influenciar o nível de satisfação do trabalhador, bem como o seu bem-estar dentro da empresa.

METODOLOGIA

Este item tem por objetivo descrever os procedimentos metodológicos seguidos na realização do presente estudo. Para tanto, a classificação desta pesquisa quanto à natureza caracteriza-se como qualitativa e quantitativa. No que se refere aos objetivos classifica-se como exploratória e descritiva e, como um estudo de caso, quanto aos procedimentos técnicos.

Quanto ao plano de coleta de dados, primeiramente na fase exploratória, utilizou-se da pesquisa bibliográfica e, posteriormente, na fase descritiva foi elaborado e aplicado um questionário a uma amostra de doze funcionários da empresa em estudo. Após a coleta dos dados, os mesmos foram tabulados quantitativamente com o auxílio do *software* SPSS 16.0 e analisados sob a ótica qualitativa.

ANÁLISE

DeCenzo e Robbins (2001) argumentam que a segurança no trabalho está relacionada com a prevenção de acidentes e com a administração dos recursos ocupacionais, tendo por finalidade antecipar-se para que os riscos de acidentes sejam minimizados.

Através da análise dos resultados, observa-se na opinião dos pesquisados, que as condições ambientais de trabalho proporcionadas pela empresa são adequadas no que se refere à iluminação e a ventilação, bem como a pouca exposição ao ruído e ao calor e frio intenso. No que se refere à pressão no ambiente de trabalho, verificou-se que o fato dos funcionários não possuir metas de produtividade, isso de maneira geral proporciona um ambiente de trabalho mais saudável sem maiores cobranças. Ao questionar os funcionários sobre qual a nota que poderia ser atribuída as ações da empresa referentes à saúde e segurança, a maioria ponderou entre sete a dez.

Cada empresa tem como espelho para o mundo o seu quadro de funcionários, antes mesmo de seu produto ou serviço, onde a excelência dessa empresa é feita em grande parte pelo seu capital intelectual, sendo este seu principal ativo, portanto, o modo como as pessoas são tratadas fazem com que elas ampliem ou limitem as forças e as fraquezas de uma empresa (GIL, 2001).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização deste trabalho constatou-se que a empresa em estudo, além de possuir um manual interno próprio de saúde e segurança no trabalho, procura também oferecer condições adequadas de trabalho para seus funcionários, adotando medidas para minimizar os acidentes e as doenças ocupacionais, visando à proteção da integridade e a capacidade de trabalho através de exames periódicos de saúde e o fornecimento de EPIs (Equipamentos de Proteção Individuais).

Concluiu-se que além de fornecer aos seus funcionários os materiais necessários à sua segurança pessoal, a empresa também realiza treinamentos mensais, ou sempre que se julgar necessário, para o seu uso adequado dos equipamentos por parte dos funcionários, e na eventualidade de ocorrer acidentes, é desenvolvido um sistema de relatório de providências. Como política de gestão, a empresa costuma recompensar os gerentes e supervisores pela administração eficaz no quesito segurança.

REFERÊNCIAS

DECENZO, David A.; ROBBINS, Stephen P. **Administração de recursos humanos**. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Gestão de pessoas: enfoque nos papéis profissionais**. São Paulo: Atlas, 2001.



ANAIS DA III JORNADA INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA - FEMA 2011 - ISBN 2177-1103
X Jornada e Mostra de Estudos Jurídicos e Sociais do Curso de Direito
VII Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Administração e de Ciências Contábeis
III Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Serviço Social
III Mostra de Trabalhos de Conclusão de Curso, de Pós-Graduação e de Encontro de Egressos
II Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Gestão de Recursos Humanos
I Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Gestão da Tecnologia da Informação
Faculdades Integradas Machado de Assis - FEMA - Santa Rosa
Unidades I, II e III, de 07 a 12 de novembro de 2011.

ROTATIVIDADE DE FUNCIONÁRIOS NA EMPRESA DE CONSTRUÇÃO CIVIL MATTIAZZI CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA

Daniele Patrícia Borgmann
Acadêmica do Curso de Administração da FEMA
Marilei De Conti (Orientadora)
Prof.^a do Curso de Administração da FEMA

INTRODUÇÃO

O presente artigo teve por finalidade buscar entender os motivos pelos quais uma empresa do setor da construção civil apresenta alto índice de rotatividade.

Este trabalho foi elaborado e aplicado na empresa Mattiazzi Construções e Empreendimentos Ltda, localizada na cidade de Santa Rosa/RS. O objetivo desta pesquisa foi levantar dados e informações do quadro funcional da empresa e também dos funcionários que foram desligados da empresa em um determinado período.

Pretendeu-se também estudar a teoria relacionada a este assunto para no final do trabalho propor sugestões e melhorias à empresa aliando-se a teoria com a realidade da empresa.

METODOLOGIA

Na pesquisa descritiva foi possível transformar as informações em dados e fatos para uma melhor visualização da situação.

Através da pesquisa exploratória foi possível a partir de conceitos e estudos já realizados e formados por autores diversos, entender melhor a situação que está sendo exposta. No entanto, foram utilizados ainda métodos bibliográficos para auxiliarem nas definições de conceitos e melhor aprofundamento técnico da pesquisa.

O material utilizado para auxílio durante a pesquisa foram livros, periódicos, jornais, revistas, artigos publicados na internet entre outros que serviram de complemento ao estudo.

Por conseguinte, como dados de fontes primárias foram buscados dados e informações atualizadas dos funcionários junto ao software que a empresa utiliza.

DISCUSSÕES

Nesta pesquisa foi possível observar a cultura existente em funcionários do setor da construção civil e o seu comportamento frente a diversas situações. Sendo observado e estudado esses comportamentos e atitudes durante um período de quatro meses foi possível identificar dados estatísticos que forneceram valores e com isso a real visão de conseqüências para a empresa.

Realizou-se uma pesquisa com 50 funcionários que foram desligados no mesmo período estudado que resultou em consideráveis informações para a pesquisa.

A partir do estudo foi feita uma análise entre a teoria com a realidade da empresa e pode-se desenvolver recomendações para a empresa trabalhar melhor o problema da rotatividade e seus custos aliada aos processos de gestão de pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em resposta ao problema questionado neste trabalho, pode-se dizer que a rotatividade de funcionários acompanhada do absenteísmo dos mesmos, deve-se principalmente por motivos culturais dos funcionários do canteiro de obra.

Foi possível observar em dados estatísticos os problemas agregados a rotatividade existente na empresa e a partir destes buscar soluções adequadas e sugestões de melhorias para conseqüentemente tornar a empresa mais competitiva com um capital intelectual diferenciado.

REFERÊNCIAS

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos Humanos: o capital humano nas organizações**. São Paulo: Atlas, 2004.

FERNANDES, Marlise Maria. **As mulheres e a Construção Civil**. Disponível em: <<http://www.mulheremconstrucao.com.br/artigos.htm>>. Acesso em: 01 dez. 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Gestão de Pessoas: enfoque nos papéis profissionais**. São Paulo: Atlas, 2001.



ANAIS DA III JORNADA INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA - FEMA 2011 - ISBN 2177-1103
X Jornada e Mostra de Estudos Jurídicos e Sociais do Curso de Direito
VII Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Administração e de Ciências Contábeis
III Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Serviço Social
III Mostra de Trabalhos de Conclusão de Curso, de Pós-Graduação e de Encontro de Egressos
II Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Gestão de Recursos Humanos
I Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Gestão da Tecnologia da Informação
Faculdades Integradas Machado de Assis - FEMA - Santa Rosa
Unidades I, II e III, de 07 a 12 de novembro de 2011.

UM ESTUDO A RESPEITO DAS PRÁTICAS DE HUMANIZAÇÃO DESENVOLVIDAS POR EMPRESAS DE SANTA MARIA - RS

Flaviani Souto Bolzan Medeiros
Márcia Segabinazzi
Flaubiane Figueredo Machado
Acadêmicas do Curso de Administração da UNIFRA
Elio Sergio Denardin (Orientador)
Prof^o. Ms. do Curso de Administração da UNIFRA

INTRODUÇÃO

As empresas atualmente, diante de um cenário de constantes mudanças, discutem formas mais modernas de gestão. As pessoas, que antes eram consideradas apenas recursos, hoje estão sendo valorizadas e reconhecidas pelo seu potencial adquirindo assim, melhores condições humanas na realização do trabalho.

Tendo em vista um estudo sobre a humanização nas empresas, a presente pesquisa tem como problemática responder a seguinte questão: Quais os procedimentos adotados pelas empresas de Santa Maria para a sua humanização? Para isso, estabeleceu-se como objetivo geral identificar os principais meios que proporcionam condições de humanização dos colaboradores que atuam nas empresas de Santa Maria.

Esse estudo justifica-se por trazer à discussão um tema de relevância na atualidade, ou seja, a questão da humanização no ambiente de trabalho organizacional, bem como contribuir para o entendimento de que se as pessoas forem bem atendidas em suas necessidades humanas e profissionais, podem comprometer-se mais com os objetivos da empresa e retribuir com melhores resultados.

METODOLOGIA

Para possibilitar o embasamento teórico deste estudo, partiu-se de uma pesquisa bibliográfica. Quanto à natureza a pesquisa classifica-se como quantitativa e qualitativa. No que tange aos objetivos, caracteriza-se como exploratória e descritiva, e como um estudo de campo quanto aos procedimentos técnicos.

A população constituiu-se de empresas de Santa Maria, selecionando-se destas uma amostra de dezesseis empresas, de diversos setores, caracterizando-se como amostragem não probabilística por acessibilidade.

No plano de coleta de dados, foi elaborado e aplicado um questionário estruturado, com questões abertas e fechadas, aos gestores das empresas. Após, os dados foram tabulados quantitativamente com o auxílio do *software* Sphinx Léxica – V5 e analisados sob a ótica qualitativa.

ANÁLISE

Segundo Vergara e Branco (2001) entende por uma empresa humanizada aquela que está voltada para seus colaboradores e/ou para o ambiente, agregando

outros valores que não somente aqueles voltados para a maximização do retorno aos acionistas. Com a realização deste trabalho, constatou-se que entre as formas de integrar seus funcionários, as empresas utilizam mais reuniões, festas e comemorações, meios estes considerados adequados para atingir os objetivos pessoais e da equipe.

A maioria das empresas oferece cursos e treinamentos como forma para qualificação dos seus colaboradores. Observa-se também que estão proporcionando momentos de reflexão, relaxamento com a utilização da ginástica laboral, isso demonstra que elas estão tornando mais humanas suas ações, preocupando-se com a qualidade de vida de seus colaboradores.

Chiavenato (2005) afirma que os gestores estão abandonando suas tradicionais funções administrativas de planejar, organizar, dirigir e controlar para adotar uma postura de liderança renovadora no sentido de dinamizar a empresa através de uma nova forma de lidar com as pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluiu-se que as empresas estão inserindo aspectos de humanização no trabalho realizado pelos seus colaboradores, demonstrando uma tendência de estilo gerencial democrático a liberal. Entretanto, podem trabalhar muito mais para o desenvolvimento da qualidade de vida no trabalho, do bem estar, e do crescimento pessoal e profissional e, acima de tudo, acreditar nas capacidades e potencialidades de seus colaboradores, valorizando o trabalho realizado por eles, pois um enfoque humanista e profissional poderá trazer um diferencial para elas no mercado.

Assim sendo, Murad (2007) complementa que as organizações estão descobrindo que as pessoas são importantes, e percebendo que a qualidade das relações na empresa influencia muito nos resultados. Sugere-se, que essas empresas prossigam na busca da humanização e invistam com mais intensidade numa gestão de pessoas de cunho mais profissional e humano.

REFERÊNCIAS

VERGARA, Sylvia Constant; CHIAVENATO, Idalberto. **Gerenciando com as pessoas**: transformando o executivo em um excelente gestor de pessoas: um guia para o executivo aprender a lidar com sua equipe de trabalho. Rio de Janeiro: Elsevier: 2005.

MURAD, Afonso. **Gestão e espiritualidade**: uma porta entreaberta. São Paulo: Paulinas, 2007.

BRANCO, Paulo Durval. Empresa humanizada: a organização necessária e possível. **RAE**, São Paulo, v.41, n. 2, p. 20-30, abr./jun. 2001.



ANAIS DA III JORNADA INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA - FEMA 2011 - ISBN 2177-1103
X Jornada e Mostra de Estudos Jurídicos e Sociais do Curso de Direito
VII Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Administração e de Ciências Contábeis
III Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Serviço Social
III Mostra de Trabalhos de Conclusão de Curso, de Pós-Graduação e de Encontro de Egressos
II Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Gestão de Recursos Humanos
I Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Gestão da Tecnologia da Informação
Faculdades Integradas Machado de Assis - FEMA - Santa Rosa
Unidades I, II e III, de 07 a 12 de novembro de 2011.

A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA UMA INDÚSTRIA DE MÉDIO PORTE

Leomar José Knob
Acadêmico do Curso de Administração da FEMA
José Fernando Borella (Orientador)
Prof. Esp. do Curso de Administração da FEMA
Marcos Rogério Rodrigues (Co-orientador)
Prof. Ms. do Curso de Administração da FEMA

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo estudar a importância do planejamento estratégico para a Indústria de Alimentos Eluir, empresa situada em Santa Rosa, com a finalidade de apresentar os benefícios que essa ferramenta proporciona no desempenho da organização.

O planejamento estratégico é uma ferramenta importante no direcionamento das atividades ou negócios organizacionais, que dará suporte para alcançar os propósitos das empresas, através da geração de dados e avaliação das ações implementadas.

Assim, à medida que a organização vai crescendo, aumenta a complexidade em todos os níveis da empresa, há a necessidade do uso de ferramentas que possam auxiliar na gestão organizacional. Este estudo justifica-se, pela necessidade do planejamento nas empresas, pela elaboração de estratégias mais complexas para competir no mercado globalizado.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como teórico-empírica. A coleta de dados distingue-se por ser qualitativa por meio de um estudo de caso. Utilizou-se de uma entrevista semi-estruturada, realizada com o diretor da empresa, a mesma teve o objetivo de conhecer em profundidade o contexto no que diz respeito ao planejamento estratégico. Além da forma descritiva, os dados foram apresentados através de ilustrações, as quais visaram dar um melhor entendimento ao leitor.

ANÁLISE

Através da entrevista percebeu-se que a empresa estudada não possui um planejamento estratégico, motivo pelos quais a mesma não tem formalizado seus objetivos. Chiavenato e Sapiro (2004) recomendam o uso do planejamento estratégico porque ele relaciona os objetivos de médio e longo prazo com a direção ou a viabilidade da empresa.

Para Certo e Peter (1993) a análise do ambiente identifica os riscos e oportunidades, tanto presentes como futuros, que possam influenciar a capacidade das empresas de atingir suas metas. Nesse sentido destaca-se a grande dificuldade da empresa em contratar mão-de-obra qualificada. A empresa está em franca expansão o que gera preocupação diante da falta de profissionais qualificados.

Percebeu-se que a organização não trabalha com indicadores de

desempenho. Toda decisão envolve risco, o grau de risco pode variar conforme a complexidade da situação, Kaplan e Norton (2000) demonstram que o *balanced scorecard* ajuda as organizações a determinar a magnitude e o *mix* de gastos do orçamento estratégico, por isso, é importante a organização apoderar-se de ferramentas que auxiliem na tomada de decisões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o P.E. é de extrema importância para a empresa, pois é por meio dele que a empresa conhece alguns aspectos frágeis, ameaças e as oportunidades que contem o mercado. Percebe-se que a empresa não tem formalizado os objetivos, realiza análises para atender os mercados desabastecidos, porém ela conhece e avalia seus principais concorrentes.

Evidencia-se que, em relação às oportunidades a empresa tem condições de crescer regionalmente, através de parceria com alguns fornecedores. Já a principal ameaça é a grande dificuldade para contratar mão-de-obra qualificada.

A tomada de decisão no que diz respeito à criação de novos produtos, se dá através dos técnicos enviados pelos fornecedores que apresentam um produto novo, também através de sugestões dos próprios clientes. Quanto ao processo de gestão, a tomada de decisões envolve a participação dos conselheiros da organização que contribuem com ideias, como também realizam reuniões semanais para avaliar o andamento das atividades.

Portanto conclui-se que o planejamento estratégico é de extrema importância para a organização, que melhora o desempenho, diminui custos e compete com mais eficiência e eficácia e, ao mesmo tempo auxilia na identificação de oportunidades e ameaças, bem como os pontos fortes e fracos da empresa.

REFERÊNCIAS

CERTO, Samuel C.; PETER, J. Paul. **Administração Estratégica**: planejamento e implantação da estratégia. São Paulo: Makron Books, 1993.

CHIAVENATO, Idalberto; SAPIRO, Arão. **Planejamento Estratégico**: fundamentos e aplicações. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. **Organização Orientada para a Estratégia**: como as empresas que adotam o balanced scorecard prosperam no novo ambiente de negócios. 3.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

A INTERNACIONALIZAÇÃO DA FENASOJA

Gerson Miguel Lauermann
Professor da FEMA e Mestrando em Administração
Andréa Maria Cacenate (Orientadora)
Prof.^a Ms. do Curso de Administração da FEMA

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta como temática as estratégias de internacionalização da FENASOJA – Feira Nacional da Soja, de Santa Rosa, RS. Tem ainda como objetivo analisar as estratégias de internacionalização adotadas pela FENASOJA.

O problema que despertou o interesse pelo estudo é: quais são as estratégias adotadas pela FENASOJA no sentido de internacionalização da feira?

O presente estudo faz-se relevante tendo-se em conta que a FENASOJA é considerada uma das mais importantes feiras multisetoriais do Rio Grande do Sul e conta com uma trajetória de 45 anos desde a primeira edição. Desde então foram realizadas 18 edições da feira.

É importante para os autores, considerando-se a magnitude do tema e sua aplicação dentro da sua área de conhecimento. É também relevante para a FEMA pois poderá despertar interesse em acadêmicos que poderão aprofundar os estudos, eis que este trabalho não encerra o tema.

METODOLOGIA

A pesquisa, quanto à natureza, classifica-se como teórico-empírica e em relação aos objetivos, como qualitativa.

Os dados foram obtidos a partir de fontes primárias, através de entrevista com o presidente da feira e secundárias, utilizando-se para tanto livros e publicações especializadas. A análise dos dados foi procedida de forma experimental.

ANÁLISE

Qualquer que seja o setor de atuação ou o tipo jurídico da organização, o processo de internacionalização, quando visto como importante, deve ser precedido de um plano que direcione ações e atividades neste sentido.

Segundo Minervini (2008, p. 23), “a internacionalização [...] requer um plano, um traçado por meio do qual se alcançará a meta, além do natural entusiasmo de um belo desafio.”

Aprovada a ação de internacionalização, esta passa a compor as estratégias da organização, facilitando o desenvolvimento de atividades de posicionamento e consolidação.

A importância da FENASOJA é representada pelo volume de negócios que, nas edições de 2004 a 2008 atingiu uma média de R\$ 37,6 milhões. Nestas edições o público médio foi de 177 mil pessoas, incluídos aí 2,7 mil estrangeiros, em média.

A atuação da FENASOJA no tocante à área internacional se dá através de visitas a feiras internacionais nos países que integram o Conesul, com ênfase na

Argentina e Paraguai, sempre levando as potencialidades de Santa Rosa e região. Realiza ainda rodadas de negócios em parceria com SEBRAE, FEBAP e APEX.

Para a edição de 2012, atuará com mais intensidade na facilitação de realização de negócios entre empresas brasileiras e estrangeiras. Atuará ainda na articulação de reuniões entre empresas e na facilitação da comunicação entre empresários e visitantes estrangeiros.

Já facilitação dos contatos no exterior se dá pela designação de parceiros estratégicos. Entidades e pessoas são nomeados embaixadores da FENASOJA e articulam os contatos, visitas e lançamentos da feira no exterior.

Portanto, nas ações de internacionalização, a FENASOJA está levando a marca Santa Rosa além fronteiras, cumprindo às vezes do marketing, possibilitando o estabelecimento não só de relacionamento pessoal mas também comercial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho desenvolvido atingiu seu objetivo que é analisar as estratégias de internacionalização da FENASOJA.

As estratégias de internacionalização da feira consistem: i) visitas a feiras internacionais, com ênfase na Argentina e Paraguai; ii) realização de rodadas de negócios durante a feira; iii) facilitação de negócios entre empresas brasileiras e estrangeiras em 2012; iv) dar continuidade no processo de interrelacionamento pessoal no exterior; v) articulação de reuniões entre empresas dos distintos países; vi) facilitação da comunicação entre empresários e visitantes estrangeiros e designação de parceiros estratégicos, os embaixadores da FENASOJA no exterior.

Considerada a relevância do trabalho para a FEMA e para a FENASOJA, especialmente no tocante ao processo de internacionalização, este estudo poderá motivar novas pesquisas neste tema, ampliando-se o foco de atuação.

REFERÊNCIAS

MINERVINI, Nicola .**O Exportador: ferramentas para atuar com sucesso nos mercados internacional**. 5. ed. São Paulo: Pearson Prentice, 2008.



ANAIS DA III JORNADA INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA - FEMA 2011 - ISBN 2177-1103
X Jornada e Mostra de Estudos Jurídicos e Sociais do Curso de Direito
VII Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Administração e de Ciências Contábeis
III Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Serviço Social
III Mostra de Trabalhos de Conclusão de Curso, de Pós-Graduação e de Encontro de Egressos
II Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Gestão de Recursos Humanos
I Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Gestão da Tecnologia da Informação
Faculdades Integradas Machado de Assis - FEMA - Santa Rosa
Unidades I, II e III, de 07 a 12 de novembro de 2011.

CRITÉRIOS PARA ANÁLISE DE VIABILIDADE DE INVESTIMENTO NO AGRONEGÓCIO NA MODALIDADE PRONAF

Mayse Gabriela Jeske
Acadêmica do Curso de Administração da FEMA
Claiton José Damke
Prof.^a Ms. do Curso de Administração da FEMA
Antonio Roberto Lausmann Ternes (Orientador)
Prof.^a Ms. do Curso de Ciências Contábeis da FEMA

INTRODUÇÃO

A modernização do agronegócio se faz necessária devido ao aumento da competição provocada pela globalização e pela necessidade de gerar cada vez mais alimentos para a população mundial. Observa-se, no entanto, que muitas das decisões de investimento de capital realizadas por agricultores, no sentido de modernizar seus ativos, tendo como fontes de recursos capitais de terceiros, acabam, no longo prazo, comprometendo a liquidez e rentabilidade de suas propriedades.

Os critérios usados por intermediários financeiros podem conduzir decisões de investimento com retorno duvidoso. O objetivo deste estudo é comparar os critérios utilizados pelo por um intermediário financeiro para liberação de crédito investimento na modalidade PRONAF, com os critérios de viabilidade de investimento apresentada pela literatura da área financeira. O problema consiste em saber se a decisão de investimento baseada nos critérios utilizados pelo intermediário financeiro podem causar desequilíbrios de liquidez e rentabilidade.

METODOLOGIA

A pesquisa é, quanto à sua natureza, teórico-empírica. Segundo Demo (2000) essa modalidade trata da "face empírica e fatural da realidade; produz e analisa dados, procedendo sempre pela via do controle empírico e fatural."

Em relação aos objetivos, é uma pesquisa descritiva. No tocante à coleta de dados, classifica-se em: qualitativa fundamentada em uma pesquisa bibliográfica e documental.

A condução dos procedimentos técnicos se deu por meio da documentação indireta, pesquisa documental e bibliográfica.

Os dados foram analisados na perspectiva do método dialético tendo como método de procedimento o comparativo. Conforme Marconi & Lakatos (2007) o dialético é "um método de interpretação dinâmica e totalizante da realidade. Considera que os fatos não podem ser considerados fora de um contexto social, político, econômico, etc."

ANÁLISE

A partir da pesquisa documental e bibliográfica foram identificados os critérios para concessão de crédito na modalidade PRONAF, que são: 1- Valor do

imobilizado do requerente; 2- Histórico junto ao intermediário financeiro; 3- Faturamento(renda) mensal.

A literatura na área financeira demonstra que a análise de investimentos deve considerar como critério o fluxo de caixa líquido incremental, medido ou projetado, que será gerado durante a vida útil do projeto. O fluxo de caixa incremental demonstra somente o incremento de valores que será gerado pelo projeto

Observa-se uma distorção entre os critérios. O intermediário financeiro analisa a viabilidade do investimento a partir da capacidade pagamento do requerente envolvendo todas as sua atividades como condição para liberação de crédito para investimento em determinado projeto. A literatura na área financeira determina que a decisão de investimento deve ser tomada somente se o fluxo de caixa incremental for capaz de cobrir expectativa de rentabilidade do investidor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como comparar os critérios utilizados pelo por um intermediário financeiro para liberação de crédito investimento na modalidade PRONAF, com os critérios de viabilidade de investimento apresentada pela literatura da área financeira.

Verifica-se que há distorção entre os critérios e que isso pode levar a uma tomada de decisão equivocada. Os fluxos de caixa incrementais gerados pelo projeto de investimento podem não ser suficientes para garantir o retorno esperado e, além disso, a decisão pode comprometer a liquidez e rentabilidade futura.

Os critérios utilizados para concessão de crédito são favoráveis ao intermediário financeiro e não ao requerente da linha de crédito.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Roberto. **Fundamentos e Técnicas da Administração Financeira**. São Paulo: Atlas. 1989

DEMO, P. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de Administração Financeira**. São Paulo: Pearson, 2010.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MELHORIA NO PROCESSO DE PINTURA EM UMA METALÚRGICA DA REGIÃO NOROESTE DO RS

Eder Mateus Dresch
Acadêmico do Curso de Engenharia de Produção da SETREM
Alexandre Chapoval Neto (Orientador)
Prof. Ms. do Curso de Engenharia de Produção da SETREM

INTRODUÇÃO

As empresas estão cada vez mais trabalhando no aperfeiçoamento de seus processos e melhoria da qualidade em benefício da competitividade que, no entanto de certa forma se torna acirrada e globalizada, onde manter seus produtos no mercado é requisito imprescindível para uma organização obter sucesso.

Para execução desse trabalho, buscou-se fazer um estudo do processo produtivo da empresa dando ênfase ao setor de pintura, e fatores que podem ser melhorados no aspecto do processo e organização e emissão de poluentes ao meio ambiente.

O processo de pintura é complexo e exige um tratamento especial, pois, envolve um grande custo para a empresa, onde por muitas vezes acaba trazendo gastos desnecessários acarretando em prejuízos para a empresa, no entanto esse processo vem sendo bastante utilizado e cada vez mais aperfeiçoado no processo produtivo.

METODOLOGIA

No desenvolvimento desse trabalho foi utilizado o método de abordagem dedutiva, qualitativa e quantitativa. Foi necessário identificar os procedimentos metodológicos através de pesquisa bibliográfica, estudo de caso, para poder contemplar a proposta do trabalho.

Para obtenção dos propósitos deste trabalho buscou-se realizar técnicas de observação e avaliação da realidade atual da empresa, entrevista não estruturada com os colaboradores e responsáveis da empresa e uma entrevista não estruturada com uma bióloga da região.

ANÁLISE

No presente estudo foi observado e analisado através de pesquisas informais e seguindo o fluxo do processo de pintura, e definiu-se algumas sugestões de melhoria no processo produtivo do setor de pintura, com vistas na redução de desperdícios e adequação dos impactos ambientais.

Feita uma análise viu-se que a cabine de pintura atual não é eficiente pois a tinta se espalha no ar causando impacto ambiental, foi redesenhado um novo arranjo físico apontando algumas sugestões:

a) ampliar as instalações da cabine de pintura fazendo com que a mesma se torne fechada;

- b) adotar um sistema de cabine de pintura a seco, e instalar exaustores que sugam o ar para fora depositando a tinta em um filtro de papel, sendo que esse filtro deve ser descartado em lugar de depósito para descarte designado pela empresa;
- c) adaptar uma monovia aérea para o carregamento das embalagens;
- d) reformar o piso;
- e) desenvolver um novo arranjo físico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os objetivos do trabalho foram atingidos, onde foi indentificado que um dos principais problemas está relacionado a perdas no processo e emissões de poluentes. Com isso buscou se alternativas de soluções como a otimização de um novo arranjo físico e um sistema de pintura em ambiente fechado com exaustores, para proporcionar um aumento de produtividade e reduzir os impactos ambientais. As hipóteses levantadas a partir desses problemas também se confirmaram através desse estudo.

A maior conquista alcançada com a realização deste trabalho foi o aprendizado obtido tanto teórico como na prática em relação a diversas áreas abordadas como: logística, qualidade, ambiental e desenho técnico, bem como a troca de experiência com todos que de alguma forma contribuíram neste trabalho. Sendo assim, diagnosticou-se também que a inovação deve ser constante nas empresas, bem como a criatividade e a indentificação de oportunidades, porém deve sempre estar embasado em dados e fundamentos que podem ser direcionado a produtividade.

REFERÊNCIAS

- PALADINI, Edson Pacheco. **Gestão da qualidade**. São Paulo: Atlas S.A., 2009.
- BARBIERI, José Carlos. **Gestão ambiental empresarial: Conceitos, modelos e instrumentos**. São Paulo: Saraiva, 2007.
- EVANGELISTA, Mário Luiz Santos; GÜLLICH, Roque Ismael da Costa; LOVATO, Adalberto. **Metodologia da Pesquisa – Normas para Apresentação de Trabalhos: Redação, Formatação e Editoração**. Três de Maio: SETREM, 2007.
- CHAPOVAL NETO, Alexandre. **A utilização do QFD para melhoria contínua dos processos produtivos e combate ao desperdício em indústria do setor metal mecânico**. UFSM, 2008.



ANAIS DA III JORNADA INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA - FEMA 2011 - ISBN 2177-1103

X Jornada e Mostra de Estudos Jurídicos e Sociais do Curso de Direito
VII Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Administração e de Ciências Contábeis
III Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Serviço Social
III Mostra de Trabalhos de Conclusão de Curso, de Pós-Graduação e de Encontro de Egressos
II Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Gestão de Recursos Humanos
I Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Gestão da Tecnologia da Informação
Faculdades Integradas Machado de Assis - FEMA - Santa Rosa
Unidades I, II e III, de 07 a 12 de novembro de 2011.

PLANEJAMENTO FINANCEIRO DE PEQUENAS EMPRESAS

Cristiane Eckhardt Meincke

Fabiana Perius Gerhardt

Liliane Lais Fischer

Letícia Capeletti

Acadêmicas do Curso de Ciências Contábeis da FEMA

Antonio Roberto Lausmann Ternes (Orientador)

Prof. Ms. do Curso de Ciências Contábeis da FEMA

INTRODUÇÃO

O atual cenário de mercado mostra-se muito exigente em diversos aspectos, além disso a crescente competitividade entre empresas, torna cada vez mais necessário uma política especializada de gestão. Muitos empresários, principalmente de pequenas empresas, não estão preparados para essa nova realidade.

O presente artigo tem por objetivo destacar a importância do planejamento financeiro de pequenas empresas contribuindo para o seu crescimento e fortalecimento tendo como bases a ferramenta do fluxo de caixa e a previsão de vendas.

O problema do estudo consiste em saber com o planejamento financeiro tendo como base a ferramenta do fluxo de caixa e a previsão de vendas pode ajudar na gestão de uma empresa familiar de pequeno porte do setor terciário, que conta com 7 (sete) colaboradores, proprietários e funcionários.

METODOLOGIA

A pesquisa é, quanto à sua natureza é teórico-empírica. Em relação aos objetivos, é exploratória e descritiva. Segundo Demo (2000) a pesquisa exploratória é toda aquela que busca constatar algo num organismo ou num fenômeno. Já a pesquisa descritiva têm como objetivo a descrição das características de uma determinada população; de um fenômeno ou estabelecer relações entre variáveis Gil (1994). Em relação à coleta de dados, classifica-se como qualitativa uma vez que foi realizada uma pesquisa bibliográfica e um estudo de caso.

Além disso, Demo (2000) afirma que a pesquisa qualitativa tem como caráter fundamental um estudo qualitativo, pois é por meio dele que os dados são coletados. A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida a partir de material já elaborado por diversos autores sobre determinado assunto. O estudo de caso é caracterizado pelo fato de o estudo ter sido realizado em uma única empresa onde buscou-se informações detalhadas sobre o objeto.

ANÁLISE

O controle financeiro da empresa analisada é básico, feito através de algumas planilhas onde são armazenadas todas as informações julgadas importantes pelo proprietário. Não há utilização de software, são planilhas criadas pelo proprietário com o objetivo de acompanhar entradas e saídas e o crescimento do negócio.

Há controle de contas a pagar, separados por dia de vencimento ou por fornecedor. As contas a receber não são muito controladas, pois a atividade não possui muitas vendas a prazo. Não existe controle de estoque, alguns produtos de venda são iguais aos usados para consumo ou matéria prima, mas falta controle da saída desses produtos utilizados para realização dos serviços e a saída dos produtos vendidos.

Com isso a empresa não consegue saber se um determinado produto encontra-se em quantidade mínima ou não. Salvo, se a pessoa que pegar a última unidade perceber que não há outra e avisar o responsável pela compra para providenciar a reposição do estoque. O preço dos serviços é formado pela idéia de que seja um valor para cobrir os custos e despesas e ainda ter uma porcentagem de lucro. Em suma não há uma metodologia definida de planejamento financeiro implantada na empresa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário globalizado e exigente tem afetado as pequenas empresas, que sofrem com a competitividade, o que requer delas maior organização, planejamento e controle de suas atividades. A pesquisa apresentou noções sobre o planejamento financeiro, implantação do fluxo de caixa e previsão de vendas. Após análise realizada em uma empresa de familiar de pequeno porte do setor terciário, concluiu-se que o que a mesma não aplica os conceitos e ferramentas de gestão expostos neste artigo, atuando de forma empírica e sem planejamento. Tal realidade, típica em empresas de pequeno porte pode resultar em dificuldades de crescimento e insolvência, no médio e longo prazos.

REFERÊNCIAS

- CHING, Hong Yuh. **Contabilidade Gerencial**. São Paulo. Editora Pearson. 2006.
- DEMO, Pedro. Metodologia do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2000.
- GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1994.
- GITMAN, Lawrence J. **Princípios de Administração Financeira**. 3ª Ed. São Paulo. Editora Harbra, 1984.
- PASSARELLI, João, BOMFIM, Eunir de Amorim. **Orçamento Empresarial: como elaborar e analisar**. São Paulo. Editora Thomson, 2004.



ANAIS DA III JORNADA INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA - FEMA 2011 - ISBN 2177-1103

X Jornada e Mostra de Estudos Jurídicos e Sociais do Curso de Direito

VII Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Administração e de Ciências Contábeis

III Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Serviço Social

III Mostra de Trabalhos de Conclusão de Curso, de Pós-Graduação e de Encontro de Egressos

II Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Gestão de Recursos Humanos

I Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Gestão da Tecnologia da Informação

Faculdades Integradas Machado de Assis - FEMA - Santa Rosa

Unidades I, II e III, de 07 a 12 de novembro de 2011.

SPED FISCAL PIS/COFINS

Cristiane Eckhardt Meincke

Fabiana Perius Gerhardt

Liliane Lais Fischer

Acadêmicas do Curso de Ciências Contábeis da FEMA

Lidiane Ribeiro da Veiga (Orientadora)

Prof.^a Ms. do Curso de Ciências Contábeis da FEMA

INTRODUÇÃO

A constante evolução da economia e do sistema capitalista tem elevado a sonegação fiscal. Buscando contornar este problema a Receita Federal criou a Escrituração Fiscal Digital PIS/COFINS (EFD PIS/COFINS), com o objetivo de monitorar e fiscalizar as empresas como um todo. Porém as consequências da utilização desta ferramenta no mercado ainda são desconhecidas, sendo necessário um período de adaptação por parte das empresas.

O objetivo deste artigo é pesquisar sobre as peculiaridades das contribuições PIS E COFINS, fornecendo informações sobre a metodologia de escrituração proposta pela Receita Federal. Para isso, a pesquisa foi dividida em abordagem dos conceitos das contribuições e na legislação, com as características do novos métodos.

METODOLOGIA

Para tanto a metodologia deste trabalho, foi uma revisão bibliográfica em livros, revistas, e por se tratar de um assunto bastante recente, utilizou-se de publicações científicas na internet, entre outros materiais. Conforme Marconi & Lakatos (2010, p. 166) a pesquisa bibliográfica abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo..

ANÁLISE

O Sistema Tributário Brasileiro, no atual contexto, está se valendo da era da tecnologia e vem adotando métodos virtuais para o controle fiscal dos tributos. Recentemente a Receita Federal passou a usar o SPED para fiscalizar as contribuições PIS e COFINS. Inclina-se, portanto, o objetivo deste artigo para uma explanação superficial dos referidos tributos, com foco nas características do EFD PIS/COFINS e as mudanças provocadas.

Finalmente são analisados os prós e os contras do SPED FISCAL, o que permite constatar que se os recursos arrecadados forem corretamente aplicados, o SPED será um marco para o desenvolvimento do País. O PIS e a COFINS são tributos de âmbito federal, que conforme Rodrigues et al (2010, p. 387) o primeiro é destinado a custear o programa do seguro-desemprego e o abono PIS, enquanto que o segundo tem como destinação constitucional financiar a seguridade social.

Verifica-se que estes dois tributos possuem destinações e valores de suma importância, deste modo a Receita Federal busca métodos tecnológicos que possam servir como ferramenta de controle na sonegação. Para o controle destes

tributos cria-se a Escrituração Fiscal Digital PIS/Pasep e Cofins, instituída pela Instrução Normativa RFB nº 1.052, de 5 julho de 2010.

O fato do SPED EFD PIS/COFINS poder estar gerando resultados mais transparentes, não é uma vantagem para todos, conforme Galvês (2009, p.21) por representar um aumento no custo para as empresas de pequeno e médio porte, que são maioria no País. Já para Oda, (2009, p.19), supervisor-geral do SPED na Receita Federal, esta ferramenta tem como principal objetivo gerar melhorias nos ambientes de negócios, como minimizar os custos, que gerará para a sociedade uma economia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se assim que o SPED atua basicamente no controle da sonegação fiscal, é bem provável que a Receita Federal esteja tentando equilibrar as despesas com as arrecadações, pois mesmo a carga tributária sendo uma das maiores do mundo, sempre faltaram recursos. Porém é evidente que não basta apenas controlar a sonegação, mas também controlar os desvios de recursos e reduzir as despesas públicas.

Assim, com a adoção da escrituração digital que renderá bons frutos aumentando ainda mais o valor arrecadado, resta saber se esses recursos terão a correta destinação, garantindo o sucesso do novo método.

REFERÊNCIAS

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7ª Ed. São Paulo. Ed. Atlas, 2010.

RODRIGUES, Aldenir O. In: BUSCH, Cleber M. In: GARCIA, Edino R. In: TODA, William H. **Manual do IRPJ/CSLL 2010**. 4. Ed. São Paulo. IOB, 2010.

RECEITA FEDERAL. **Instrução Normativa 1.052, de 5 julho de 2010**. Disponível em <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/ins/2010/in10522010.htm>>. Acesso em: 13 abr. 2011

Revista BENS & SERVIÇOS. **Informe-se sobre o Sped**. Porto Alegre, nº 5, p.18-23, jul. 2009.

INFORMÁTICA E PERSUASÃO NA WEB O PAPEL INOVADOR DO WEBSITE EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO

Denise Felber
Prof.^a do Curso Técnico em Informática da FEMA
Franciele Meinerz Forigo
Prof.^a do Curso Técnico em Informática da FEMA
Nedisson Luis Gessi
Prof.^o do Curso de Gestão da Tecnologia da Informação da FEMA

INTRODUÇÃO

A sociedade se encontra no início de uma nova era que desafia normas e paradigmas estabelecidos pelo mundo físico, em busca de um futuro mais ágil, eficiente, seguro e confiável no mundo eletrônico. A versatilidade da World Wide Web trás possibilidade de se obter ambientes globalizados, interativos e facilitadores da criatividade ampliando o potencial da rede como recurso.

O estudo tem como foco identificar as potencialidades e os limites da Internet enquanto meio de comunicação promocional de natureza corporativa demonstrando a importância em respeitar as práticas de consumo de informação.

O entanto, como as novas tecnologias da informação difundidas pela Web interferem na forma de comunicação para as nossas vidas? Um movimento geral de virtualização afeta hoje não apenas a informação e a comunicação.

METODOLOGIA

O referencial teórico é o da Pragmática (SERRA, 2003; BUENO, 2010) e o levantamento dos dados se dá de forma qualitativa em função das informações bibliográfica coletadas. Em relação aos objetivos a pesquisa é explanatória e descritiva.

A metodologia é condição necessária para a competência científica, tendo como função básica orientar o caminho da pesquisa, auxiliar a refletir e instigar a capacidade criativa, bem como unir a teoria à prática, quantidade e qualidade. (Gil, 1996). Nessa estratégia a forma da questão de pesquisa está centrada no “como” e no “por que”, focalizando acontecimentos contemporâneos, não exigindo controle sobre eventos comportamentais (Yin, 2003).

ANÁLISE

O mundo virtual é um espaço caracterizado pela liberdade de expressão. A publicação simples e acessível é apenas uma das vantagens dos sites que, tal como outras ferramentas da Internet, apagam as barreiras de espaço e de tempo.

“A capacidade de contatar, no imediato, com outro utilizador da rede nos antípodas do espaço geográfico, e receber resposta quase imediata, abre um conjunto alargado de possibilidades, criando uma conjuntura, nunca antes possível, de comunicação global.” (Barbosa & Granado, 2004, p.11).

A tecnologia da informação modificou a relação entre comunicadores e público. Segundo Coutinho (2009) devido às redes sociais on-line, as instituições

que aproveitarem os espaços virtuais, conseguirão gerar ressonâncias e lealdades duradouras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo das formas de comunicação e do uso de websites por instituições de ensino, bem como a tipificação das estratégias de comunicação na web nos levam a entender o uso do site como uma adequação das instituições ao surgimento de novas tecnologias. A pesquisa demonstrou a necessidade da ocupação desse novo espaço de caráter informativo, com a transposição de pontos de identidade visual, dados históricos e notícias.

No entanto, não podemos nos esquecer que o tempo e o investimento gastos em outras mídias devem sempre que possível ser mantidos, para não caracterizar o abandono dos públicos que não possui acesso às mídias digitais.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Elisabete; GRANADO, António. **Weblogs – Diário de Bordo**. Porto: Porto Editora, 2004.

BUENO, Laís Cardozo. Fazendo Relações Públicas na Era Digital. **Relações Públicas Digitais: o pensamento nacional sobre o processo de relações públicas interfaceados pelas tecnologias digitais**. Salvador, p.204-231, 2010.

COUTINHO, Marcelo. **Marketing e comunidades digitais: do discurso ao diálogo**. Revista da ESPM, edição de abril de 2007. Disponível em <<http://www.ideiacom.com.br/>> Acesso em 20/12/2010.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1996.

SERRA, Paulo. **Informação e Sentido: O estatuto epistemológico da informação**. Ubirajara: Universidade da Beira Interior, 2003.

YIN, R.K. **Estudo de Caso – Planejamento e Métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2003.



ANAIIS DA III JORNADA INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA - FEMA 2011 - ISBN 2177-1103

X Jornada e Mostra de Estudos Jurídicos e Sociais do Curso de Direito

VII Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Administração e de Ciências Contábeis

III Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Serviço Social

III Mostra de Trabalhos de Conclusão de Curso, de Pós-Graduação e de Encontro de Egressos

II Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Gestão de Recursos Humanos

I Mostra de Trabalhos Científicos do Curso de Gestão da Tecnologia da Informação

Faculdades Integradas Machado de Assis - FEMA - Santa Rosa

Unidades I, II e III, de 07 a 12 de novembro de 2011.

RFID: IDENTIFICAÇÃO POR RÁDIO FREQUÊNCIA

Regis Rafael Braun

Acadêmico do Curso de Gestão da Tecnologia da Informação da FEMA

Franciele Meinerz Forigo

Prof.^a do Curso de Gestão da Tecnologia da Informação da FEMA

Nedisson Luis Gessi

Prof. do Curso de Gestão da Tecnologia da Informação da FEMA

INTRODUÇÃO

A identificação por rádios frequências (RFID) é um termo genérico que é usado para descrever um sistema que transmite uma identidade (na forma de um único número de série), de um objeto ou pessoa sem o uso de fios, através de ondas de rádio, é agrupadas sob a categoria geral de tecnologia de identificação automática (Auto-ID) (ROBERTI, 2009).

As empresas atuais como os supermercados, sofrem dificuldade para agilizar seus serviços devido à demora ao efetuar o registro de produtos através dos códigos de barra e efetuar o pagamento com cartão de crédito. Estudar o funcionamento dos chips de RFID e sua estrutura para um funcionamento correto, analisar a aplicação da tecnologia de RFID em um Supermercado e identificar as dificuldades sociais, políticas e financeiras para a implantação de RFID no dia-a-dia, são alguns dos objetos desse trabalho.

METODOLOGIA

O presente estudo partirá de um método dedutivo onde será feita uma análise geral da tecnologia RFID buscando melhor explicar o funcionamento e as aplicações desta tecnologia na automatização da identificação de clientes e produtos. Também terá uma abordagem qualitativa onde os resultados do estudo serão realizados através de uma busca teórica em livros, artigos, revistas, e-books, monografias, brochuras e materiais contidos na internet sobre RFID.

ANÁLISE

Segundo Soares (1995): "Teoricamente, não existem fronteiras para um sinal de rádio, logo, é possível que ele seja captado por receptores não autorizados." Protocolo: É o que define como os dados enviados serão transmitidos pelos meios de comunicação, no caso da tecnologia RFID o meio é Rádiofrequência (TORRES, 2001).

O objetivo de qualquer sistema RFID é a geração de dados, com o intuito de reduzir custos e proporcionar outros benefícios comerciais.

As propriedades das ondas de rádio dependem da frequência utilizada. Em frequências baixas, as ondas de rádio atravessam obstáculos, mas a potencia cai bruscamente conforme a distância aumenta. Em frequências altas, as ondas de rádio viajam em linha reta e ricocheteiam nos obstáculos (TANEMBAUM, 2003).

Levando em consideração as filas de espera geradas em supermercados e a hipótese de que RFID agiliza esse tempo de espera, agilizando as filas do caixa.

Com esta tecnologia incluída, cada item do supermercado terá uma tag, desta forma será apenas necessário passar o carrinho cheio de produtos sobre um leitor de RFID.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A principal vantagem que o RFID traz para esse caso é que na hora do caixa analisar a compra dos clientes, ele não precisa passar item por item no leitor de código de barra, e nem digitar o código do produto para ter suas características, pois com o uso do RFID é acelerado esse processo podendo identificar os dados de milhares de produtos simultaneamente, agilizando todo o movimento que gera a fila de espera dos clientes.

Analisando a grande perda e roubo de produtos dentro das diversas áreas da indústria e do varejo, o sistema RFID realmente pode minimizar significativamente esse problema. A tecnologia RFID está continuamente atingindo seu grau de maturidade e se tornando viável sua aplicação e uso comercial dentro de toda a cadeia de abastecimento.

REFERÊNCIAS

ROBERTI, Mark. **What is RFID?**. Disponível em: <<http://www.rfidjournal.com/article/articleview/1339/1/129/>>. Acesso em: 03 mai. 2009.

SOARES, Luis Fernando Gomes; LEMOS, Guido; COLCHER, Sérgio. **Redes de Computadores**: Das LANs, MANs e WANs às Redes ATM. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1995.

TANENBAUM, Andrew S. **Redes de Computadores**. Tradução por Vandenberg D. De Souza. Revisão técnica por Edgard Jamhour. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

TORRES, Gabriel. **Redes de Computadores**: Curso Completo. Rio de Janeiro: Axcel, 2001.